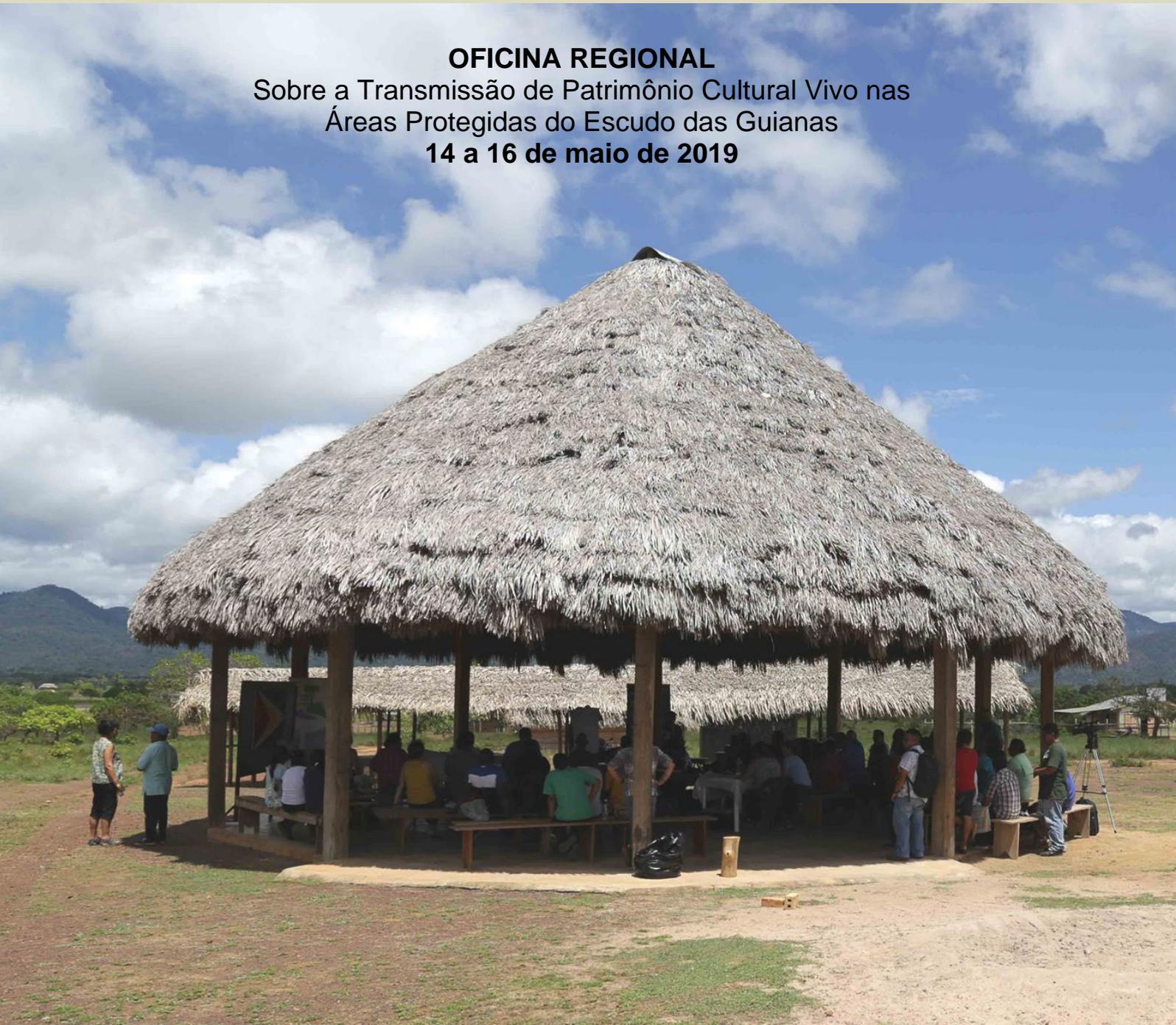


Fortalecimento da rede em prol das áreas protegidas nos países do Escudo das Guianas

e as respectivas contribuições para o desenvolvimento sustentável
no tocante às culturas locais, aos valores e estilos de vida

OFICINA REGIONAL

Sobre a Transmissão de Patrimônio Cultural Vivo nas
Áreas Protegidas do Escudo das Guianas
14 a 16 de maio de 2019



Índice

RENFORESAP em resumo.....	3
Objetivos.....	3
Ações previstas.....	3
Oficina Regional sobre a Transmissão de Patrimônio Cultural Vivo nas Áreas Protegidas do Escudo das Guianas.....	5
Objetivo.....	5
Resultados.....	5
Primeiro dia - 14 de maio de 2019.....	9
Lançamento da Oficina.....	9
Perspectivas dos Países.....	11
Compartilhando Experiências.....	15
Segundo dia - 15 de maio de 2019.....	19
Integração do Conhecimento Tradicional às Políticas, Práticas e Tomadas de Decisão.....	19
Painel de discussão.....	24
Coleta de Informações e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Vivo.....	27
Discussão em Grupo.....	29
Terceiro dia - 16 de maio de 2019.....	35
Painel de discussão.....	36
Balata fazendo demonstração.....	38
Discussão em Grupo.....	39
Visita de campo.....	44
Noite Cultural e Encerramento.....	45
Anexos.....	46
Programação dos Eventos.....	46
Quem é Quem?.....	47
Lista de Participantes.....	49

RENFORESAP em resumo

O RENFORESAP foi oficialmente lançado de 1 a 3 de outubro de 2018, em Paramaribo, no Suriname. O projeto “Fortalecimento da Rede em prol das Áreas Protegidas nos países do Escudo das Guianas e as respectivas contribuições para o desenvolvimento sustentável no tocante às culturas locais, aos valores e estilos de vida” é uma abordagem transnacional entre os gestores de áreas protegidas da Guiana Francesa, do Suriname e da Guiana.

O projeto envolve a gestão de áreas protegidas na região e está sendo implementado pelo Parque Amazônico da Guiana Francesa (Guiana Francesa); pela Comissão de Áreas Protegidas (Guiana); pelo Ministério do Planejamento, Ordenamento Fundiário e Florestal (Suriname); e pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (Suriname).

Objetivos

O objetivo do projeto reside em fortalecer a resiliência da floresta e os meios de subsistência das populações locais, em um contexto de crescente impacto das mudanças globais nos ecossistemas do Escudo das Guianas. Seu objetivo mais geral consiste em fortalecer a capacidade de gestão de áreas protegidas ou de conservação, no intuito de enfrentar os desafios comuns. Os objetivos específicos são fortalecer o diálogo entre os gestores e as equipes das áreas protegidas, visando capitalizar as melhores experiências.

Ações previstas

As ações específicas para se alcançar estes objetivos são a organização de três (3) oficinas regionais reunindo os gestores das áreas protegidas e a produção de quatro (4) encontros temáticos participativos para delinear uma visão geral acerca da melhor forma de se apoiar o desenvolvimento local em áreas isoladas em termos de desenvolvimento do ecoturismo, ciência participativa para o manejo sustentável dos recursos naturais no ambiente Amazônico, estratégias de controle contra as ameaças de mineração ilegal de ouro e transmissão do conhecimento tradicional e do patrimônio cultural.



**renfo
resap**
STRENGTHENING THE NETWORK
OF PROTECTED AREAS IN THE GUIANA

STRENGTHENING THE NETWORK OF PROTECTED AREAS IN THE GUIANA SHIELD AND THEIR CONTRIBUTIONS TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN RESPECT OF LOCAL CULTURES, VALUES AND LIFESTYLES

RENFORCER LE RÉSEAU DES AIRE PROTÉGÉES DU PLATEAU DES GUYANES ET LEURS CONTRIBUTIONS À UN DÉVELOPPEMENT LOCAL DURABLE ET RESPECTUEUX DES CULTURES ET MODES DE VIE EN SITE AMAZONIEN ISOLÉ

HET VERSTERKEN VAN HET NET VAN BESCHERMDE GEBIEDEN VAN HET GUYANASCHILD EN HUN BIJDAGEN AAN DUURZAME LOCALE ONTWIKKELING WAARBIJ DE CULTUREN EN DE LEEFWIJZEN IN GEÏSOLEERDE PLAATSEN IN HET AMAZONEGEBIED, GERESPECTEERD WORDEN

FORTALECIMENTO DA REDE EM PROL DAS ÁREAS PROTEGIDAS NOS PAÍSES DO ESCUDO DAS GUIANAS E AS RESPECTIVAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TOCANTE ÀS CULTURAS LOCAIS, AOS VALORES E ESTILOS DE VIDA EM ÁREAS AMAZÔNICAS ISOLADAS

PARTNERS:  FUNDERS: 

Abstração feita da fase preparatória, o projeto tem duração de três anos (2018-2020), reunindo os diferentes gestores de áreas protegidas da região, bem como organizações internacionais para preservação da natureza que atuam na região (tais como, mas não se limitando, Conservation International, WWF Guianas, Sociedade Zoológica de Frankfurt, FZS...) e uma organização internacional que trabalha pela melhoria dos meios de subsistência das populações indígenas, juntamente com a preservação (Amazon Conservation Team ACT). A implementação será coordenada alternadamente a partir de Caiena, de Paramaribo e de Georgetown, com um Gestor de Projetos baseado em cada um dos três distintos países. O idioma de trabalho será o inglês, com os principais documentos gerais disponíveis em quatro idiomas (português, holandês, inglês e francês).

Os resultados esperados do projeto incluem: maior visibilidade das questões relativas à preservação da biodiversidade no Escudo das Guianas em nível global, contribuição fortalecida das áreas protegidas em prol do desenvolvimento local e sustentável, assim como para a preservação da biodiversidade, melhor intercâmbio acerca dos desafios e soluções para o problemas enfrentados pelas comunidades ameríndias e quilombolas na região, bem como diálogo aprimorado entre os países do Escudo das Guianas sobre as questões de médio e longo prazos referentes à preservação e ao eco-desenvolvimento dos ecossistemas do Escudo das Guianas na bacia amazônica.



Sua Excelência Antoine Joly, Sua Excelência Charles Sydney Allicock e o Sr. Hesdy Asajas trocando os acordos de parceria

Oficina Regional sobre a Transmissão de Patrimônio Cultural Vivo nas Áreas Protegidas do Escudo das Guianas

A primeira das três oficinas regionais propostas com vistas à concretização dos objetivos do projeto foi realizada de 14 a 16 de maio de 2019, em Lethem, na Guiana, com o tema “*Transmissão do patrimônio cultural vivo nas áreas protegidas dos países do Escudo das Guianas*”.

O Patrimônio Cultural Vivo, tal como definido pela UNESCO¹, “inclui tradições ou expressões vivas herdadas dos nossos antepassados e transmitidas aos nossos descendentes, tais como tradições orais, artes cênicas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao Universo ou o conhecimento e as habilidades para se produzir artesanato tradicional”. Enquanto o Patrimônio Cultural Vivo abrange ampla gama de tradições, as principais áreas focadas pelo RENFORESAP são a música, a dança, a linguagem e a arte.

Objetivo

O propósito da oficina residiu em serem identificadas formas de melhorar a gestão de áreas protegidas, através do compartilhamento de melhores práticas e experiências entre as partes envolvidas e as comunidades, acerca do melhor modo de se incentivar e facilitar a transmissão deste rico patrimônio entre as gerações. Mais de cinquenta (50) representantes/gestores de áreas protegidas e especialistas no tema, provenientes da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa, participaram de discussões e destacaram os esforços, sucessos e desafios em seus respectivos países, indicando como integrar este conhecimento na gestão de áreas protegidas.

Resultados

Discussões fundamentais ocorreram com respeito à integração do conhecimento tradicional à política, às práticas e tomadas de decisão; envolvimento da comunidade; acesso e compartilhamento de benefícios; coleta de informação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Vivo; bem como a preservação e a promoção da linguagem. Os participantes destacaram a importância da necessidade de um marco legal, de sempre se manter as comunidades no centro de todas as ações e processos de tomada de decisão, do imperativo de se agir agora.

Através de uma série de apresentações, painéis de discussão e sessões de trabalho, os participantes identificaram oportunidades de cooperação entre os três países e apresentaram recomendações de curto e longo prazos com vistas ao desenvolvimento de um plano de ações para a transmissão e uso do Patrimônio Cultural Vivo na gestão das áreas protegidas nos países do Escudo das Guianas.

¹ UNESCO. (2011). O que é Patrimônio Cultural Imaterial? Obtido em <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003>

Os principais resultados para cada sessão de trabalho foram os seguintes:

Integração do Conhecimento Tradicional às Políticas, Práticas e Tomadas de Decisão

Foram identificadas lacunas e desafios relevantes nas políticas dos três países. Tais como, a falta de reconhecimento dos direitos das comunidades no âmbito da Constituição da Guiana Francesa, a dificuldade em se fortalecer algumas ações em favor dos direitos das comunidades no Suriname, bem como a ausência de determinados aspectos que as comunidades locais desejam ver protegidos na Guiana. Existem oportunidades técnicas de cooperação com as organizações e comunidades. A sessão do grupo resultou em recomendações visando a elaboração de um plano de ações até o final de 2019, com ações a serem primeiramente identificadas em nível nacional e posterior implementação até o ano de 2021. As descobertas poderão vir a ser apresentadas no Congresso Internacional sobre a Biodiversidade do Escudo das Guianas, previsto para 2021 em Caiena.

Envolvimento das comunidades na Gestão de Áreas Protegidas

A ausência deste envolvimento foi o grande obstáculo em comum identificado e enfrentado nos três países. Destacou-se que as documentações e ferramentas de comunicação devem estar disponíveis nos idiomas nativos, de tal modo a serem mais eficazes. O acesso a algumas comunidades representa igualmente um aspecto complicador para os 3 países e, em algum momento, conflitos de terra podem surgir entre as comunidades e as autoridades, em razão de uma se preocupar com o uso da terra e a outra com a implantação da área protegida. Os participantes concordaram que devem haver mais oportunidades para o compartilhamento de experiências, por meio de oficinas e reuniões, de uma maior quantidade de cursos de formação e do trabalho em rede com vistas à capacitação, assim como um suporte para auxiliar na realização de consultas mais eficazes e no sentido de proporcionar maior envolvimento das comunidades.

Acesso e Compartilhamento de Benefícios na Gestão de Áreas Protegidas

Houve dificuldade em se encontrar um denominador comum, tanto no que concerne os respectivos desafios relevantes para os três países, pois cada qual se encontra em um estágio diferente no acesso e compartilhamento de benefícios, quanto no tocante à implementação do Protocolo de Nagoya. A título de exemplo, no Suriname não existe um marco legal para o envolvimento da comunidade e nenhum reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e tribais, assim sendo as consultas carecem de eficácia. Quanto à Guiana, o Compartilhamento de Benefícios do Acesso (ABS) é realizado por meio da entrega de uma licença da Agência de Proteção Ambiental (EPA). Se a pesquisa estiver sendo realizada em Áreas Protegidas ou em aldeias indígenas, a permissão deve ser obtida junto à Comissão de Áreas Protegidas e com o líder da aldeia. Na Guiana Francesa, antes da elaboração da nova lei sobre a biodiversidade, em 2016, o único marco legal consistia na definição do território do Parque Nacional. As principais lacunas identificadas residem no fato de o conhecimento tradicional não estar integrado aos marcos legais atuais, assim como na ausência de comunicação entre as autoridades competentes e as comunidades. Sugeriu-se maior colaboração entre os países no intuito de serem compartilhadas experiências de tal forma que todos pudessem vir a aprender uns com os outros sobre as questões em pauta. Essa interação sobre os aprendizados pode ocorrer através de programas de intercâmbio entre comunidades nacionais e transfronteiriças.

Como Coletar Informações e Salvar o Patrimônio Cultural Vivo

Os desafios e as lacunas identificados pelo grupo são: a barreira do idioma, uma vez que o coletor deve ser capaz de falar a língua da comunidade a fim que informações precisas possam ser coletadas; o conteúdo educacional da Guiana Francesa, tendo em vista que o currículo não inclui o ensino de práticas e culturas tradicionais; a ausência de reconhecimento do saber dos detentores de conhecimento, tais como xamãs e anciãos, bem como a rápida mudança da tecnologia empregada para se proteger e arquivar os dados coletados. As principais oportunidades identificadas para a cooperação são intercâmbios interculturais entre comunidades locais e internacionais e a validação pela UNESCO de rituais e práticas compartilhadas. Houve igualmente recomendação concernente à criação de um departamento de “filosofia popular” em cada país, no intuito de validar qualificações não acadêmicas, tais como o conhecimento e as habilidades tradicionais.

Integração da Língua Indígena às Políticas e Práticas

Os desafios compartilhados no Escudo das Guianas consistem na ausência de uma estratégia para manter as línguas vivas, na falta de reconhecimento legal das línguas indígenas como línguas oficiais e na falta de reconhecimento do valor da língua indígena pelas próprias comunidades. Algumas oportunidades de colaboração foram identificadas. Tais como, compartilhamento de metodologias visando promover e ressuscitar idiomas por meio de novos programas, oferecendo oportunidades para professores e idosos ensinarem as línguas nas escolas em todos os níveis, além da inclusão de uma disposição regulamentar na política educacional para escolas das comunidades indígenas no intuito de serem ensinadas a língua e a cultura da comunidade. As recomendações feitas sugeriram uma ampla estratégia da Guiana para preservar e salvar idiomas, trabalhar com pesquisas já envolvidas nesta problemática, desenvolver uma estratégia de mídia a fim de ajudar a promover línguas indígenas, assim como aumentar as restituições em prol de comunidades onde os programas de pesquisa relacionados ao Patrimônio Cultural vêm sendo realizados.

Como Integrar a Língua Indígena ao Currículo Escolar da Educação Formal?

Não há integração de línguas tradicionais ao currículo escolar na Guiana e no Suriname. Na Guiana Francesa, para crianças entre 3 e 11 anos, o sistema de educação formal recentemente introduziu alguma assistência em língua nativa, ainda que a língua utilizada no ensino médio continue sendo o francês. Os desafios identificados residem no receio da não aceitação por parte dos outros, o fato de os governos não valorizarem as línguas indígenas e os limitados recursos financeiros disponíveis para serem produzidos materiais em vários idiomas, fundos estes igualmente insuficientes para a capacitação dos professores e a promoção do uso eficaz deste material. As oportunidades e recomendações discutidas suscitam a criação de mais oficinas em prol dos vários atores interessados nos países, bem como a realização de programas de intercâmbio com a Guiana Francesa e o Brasil, no intuito de aprender com as respectivas experiências referentes à integração da linguagem tradicional ao currículo escolar. Igualmente recomendado, o incentivo à participação dos governos nestes programas destinar-se-ia a promover o compartilhamento de informações e materiais de ensino por meio de plataformas on-line.

Estratégias para Networking e Intercâmbio entre os países do Escudo das Guianas

As principais estratégias a seguir foram levantadas:

- Consultar e envolver-se com as comunidades no sentido de identificar quais seriam, a seu ver, as melhores maneiras de se compartilhar o respectivo conhecimento e o seu idioma, além dos passos por elas recomendados na abordagem da questão da extinção do idioma
- Desenvolver e fortalecer alianças entre universidades da região do Escudo das Guianas em todas as áreas temáticas do projeto
- Identificar leis, cartas-compromisso e outros marcos jurídicos eventualmente assinados pelos nossos países e desenvolver estratégias no intuito de promover a respectiva aplicação.
- Preparar um calendário anual de eventos para networking e intercâmbio entre os nossos países
- Organizar anualmente um festival de artes e ofícios entre os três países e atuar no sentido de fazer com que outros países participem do evento a ser realizado na Guiana Francesa, a fim de apresentar as diferentes culturas
- Estabelecer canais de comunicação para compartilhamento de informações e atualizações mensais via e-mail, newsletters e mídias sociais
- Encorajar intercâmbios na esfera comunitária entre jovens e anciãos das aldeias
- Organizar programas de intercâmbio escolar entre os três países visando gerar interesse entre os jovens com respeito à sua cultura, promovendo a eliminação do hiato entre gerações

O grupo destacou que, ao desenvolver essas estratégias, seria imperativo garantir que o foco não esteja apenas voltado para a linguagem, mas igualmente nos saberes tradicionais, artes, artesanato, medicina, cultura, música e outros aspectos do Patrimônio Cultural Vivo.

A oficina de três dias culminou com uma viagem de campo à Aldeia de Nappi e à Fazenda Manari, com uma noite de intercâmbio intercultural entre os participantes.



Participantes da Oficina

Primeiro dia - 14 de maio de 2019

No primeiro dia ocorreram a abertura da oficina e, em seguida, dois conjuntos de apresentações de cada país.

Lançamento da Oficina

A oficina teve início com o discurso de boas-vindas proferido pela **Sra. Odacy Davis**, Vice-Comissária da Comissão para Áreas Protegidas. A Sra. Davis incentivou os ouvintes a participarem plenamente dos dias que se sucederiam e a compartilharem experiências como forma de desenvolverem o trabalho em curso em nossos países.

A oração de abertura foi então declamada em Wapishan, pela **Sra. Vercida Gomes**, uma guarda-florestal da Área Protegida das Montanhas Kanuku.

Após a oração, um minuto de silêncio foi observado em homenagem ao Sr. Fred Allicock, igualmente conhecido como Tio Fred, um campeão na Gestão das Áreas Protegidas na Guiana, recentemente falecido. O Sr. Allicock foi um dos responsáveis pelo estabelecimento da Área Protegida de Iwokrama, tendo liderado a construção do primeiro conjunto de construções da Pousada do Rio Iwokrama. Ele foi o primeiro gestor de estação de campo e detinha profundo conhecimento do universo indígena, o que auxiliou muitas decisões administrativas no âmbito da Área Protegida de Iwokrama.

Observações relevantes foram então oferecidas pelos representantes de cada país. **A Sra. Denise Fraser**, Comissária da Comissão para Áreas Protegidas (Guiana), destacou a importância do Escudo das Guianas como uma das mais antigas formações geológicas do mundo, fazendo observações cruciais evidenciando-o como uma das maiores áreas de floresta tropical intacta do mundo, detendo 20% das reservas de água doce mundial, e na qualidade de sumidouro líquido de carbono. Ela igualmente salientou a importância de serem criadas áreas protegidas na região do Escudo das Guianas, no intuito de protegê-lo e conservá-lo enquanto patrimônio natural, em toda a sua diversidade biológica e no tocante aos serviços em prol do seu ecossistema. A Sra. Denise Fraser mencionou ainda a ligação entre comunidades indígenas e locais com as áreas protegidas, indicando que não apenas os seus conhecimentos e práticas tradicionais oferecem contribuições valiosas com respeito à preservação da biodiversidade, mas igualmente favorecem o uso sustentável dos ecossistemas e, conseqüentemente, a adequada gestão das áreas protegidas, este último aspecto desempenhando papel crucial na preservação do conhecimento tradicional e do patrimônio cultural.

O Sr. Johan Roozer, Assessor de Políticas do Ministério da Educação, Ciência e Cultura (Suriname), igualmente interveio, falando sobre a importância da diversidade natural e cultural do Escudo das Guianas, não apenas restrita aos países da região, mas igualmente para o mundo. Ele enfatizou a necessidade de trabalhar com indivíduos habitantes das áreas protegidas, esperando que a rede de conexões entre os países se torne mais forte, à medida em que possamos aprender reciprocamente com as experiências.

O Sr. Claude SUZANON, Presidente do Parque Amazônico da Guiana Francesa, mencionou a utilidade das áreas protegidas para o enfrentamento das mudanças climáticas, bem do respectivo valor em prol da biodiversidade, observando que 60% do Escudo das Guianas encontra-se protegido. O Sr. Suzanon igualmente falou sobre as áreas protegidas da Guiana Francesa, destacando que quase 50% do país é composto por áreas protegidas do Parque Nacional, totalizando 34 mil quilômetros quadrados. Ele mencionou a importância da cultura e do patrimônio enquanto modos de manifestação da identidade para as comunidades, destacando questões associadas à aculturação e à modernização, as quais ameaçam a sua preservação.

Visão geral do projeto RENFORESAP

O Sr. Arnaud ANSELIN, Diretor-Adjunto do Parque Amazônico da Guiana Francesa, em sua apresentação, lembrou os objetivos e o plano de ações do projeto, indicando que o projeto está focado em lançar luz sobre como as áreas protegidas podem ser uma ferramenta útil em favor do desenvolvimento sustentável das comunidades, com base na história de cooperação já existente entre os nossos países. Segundo o Sr. Anselin, a próxima oficina está prevista para ocorrer em novembro, no Suriname, voltada para o “Desenvolvimento do Ecoturismo”, enquanto a terceira oficina deve ser realizada nos primeiros seis meses do próximo ano (2020), na Guiana Francesa, com o tema “Estratégias de controle contra as ameaças da mineração ilegal de ouro”.

Os participantes então se revezaram para se apresentarem, indicando os respectivos nomes, as suas funções e quais as suas preferências. Isso proporcionou uma oportunidade de diálogo e networking, tendo em vista que os participantes representavam diferentes organizações dos três países.

As Apresentações individuais foram sucedidas por uma canção indígena interpretada pelo **Sr. Michael Williams**, Conselheiro Especial do Conselho Distrital para o Desenvolvimento de Rupununi do Norte (NRDDB) e do Conselho da Vila de Annai, encerrando assim o lançamento das atividades.



Membros da Mesa Principal. À frente: O Sr. Arnaud Anselin

Perspectivas dos Países

A primeira sessão da Oficina, conduzida pelo Sr. Arnaud ANSELIN, contou com apresentações de representantes no intuito de proporcionarem uma visão geral das áreas protegidas e da respectiva gestão em cada país. As apresentações abordaram como a transmissão do Patrimônio Cultural Vivo pode ser realizada e integrada à gestão de áreas protegidas em cada país, no tocante aos respectivos sucessos, desafios ou ameaças à essa integração, tendo igualmente se voltado a saber como viabilizar as oportunidades de colaboração entre os países do Escudo das Guianas.

A **Sra. Odacy Davis** apresentou-se em nome da Delegação da Guiana. Ela descreveu a história da Guiana e das respectivas áreas protegidas, salientando como a sua gestão evoluiu ao longo dos anos e tornou-se mais participativa e inclusiva em relação às comunidades e, finalmente, citando a criação da Área Protegida de Iwokrama como ponto de inflexão.

A **Sra. Marianne PALISSE** e a **Sra. Céline FRÉMAUX** apresentaram-se em nome da Guiana Francesa. Elas contaram a história da evolução cultural, partindo da referência a “uma área de terra cultivada como alimento” e chegando a um conceito de se “cultivar a mente e os pensamentos”, ao discutirem a formação de áreas protegidas na França antes da sua implantação na Guiana Francesa.

A apresentação final desta sessão coube aos representantes do Ministério do Ordenamento Territorial e das Florestas: **A Sra. Damilla Williams** e o **Sr. Romeo Ramjiawan**, representando a Delegação do Suriname. Eles descreveram os tipos de áreas protegidas no Suriname, as quais variam de reservas naturais e parques naturais a áreas de manejo de uso múltiplo, de florestas com proteção especial a florestas comunitárias, delineando a estrutura jurídica em que se apoia a sua gestão.

Embora a gestão das áreas protegidas tenha começado com pouca ou nenhuma inclusão de pessoas e culturas, os três países adotaram com sucesso medidas no sentido de transformar este estado de coisas, empregando várias estratégias ao longo dos anos visando incluir as comunidades na gestão das suas áreas protegidas.

HISTÓRIA DA GUIANA E ÁREAS DE PROTEÇÃO

As áreas protegidas da Guiana foram apresentadas e caracterizadas, a princípio, pela ausência de um sistema de gestão formal. A primeira área protegida criada na Guiana foi o Parque Nacional Kaieteur (KNP), cuja fundação ocorreu em 1929, sem um plano de gestão e com pouca ou nenhuma consulta às comunidades indígenas inclusas ou circundantes à área protegida.

Em 1992, a Área Protegida de Iwokrama foi criada, mudando assim a forma de administração das áreas protegidas na Guiana. Na Área Protegida de Iwokrama priorizou-se o engajamento e o envolvimento comunitário, mediante a integração do modo de vida tradicional à respectiva gestão. Em Iwokrama, idosos, pais e jovens foram se envolveram nas atividades de gestão através de clubes de vida selvagem e da Unidade de Pesquisa Makushi, permitindo a transmissão e preservação do

modo de vida tradicional, das artes e dos idiomas. O Conselho Distrital de Desenvolvimento do Norte de Rupununi (NRDDB) foi então criado, possibilitando a representantes de aldeias indígenas, do

interior e do entorno de Iwokrama, desempenharem papel ativo no processo de tomada de decisões inerente à gestão da área protegida.

Aprendendo com os sucessos de Iwokrama, as comunidades passaram a ser ativamente envolvidas e consultadas no transcorrer do processo de criação das Áreas Protegidas das Montanhas Kanuku e Shell Beach, no período de 2005 a 2011.

Em 2011, foi aprovada a Lei de Áreas Protegidas, levando à criação de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas, bem como da Comissão para Áreas Protegidas, com a responsabilidade de estabelecer, administrar, manter, promover e expandir o sistema de áreas de proteção na Guiana. A proteção e a preservação do patrimônio natural, assim como a participação pública são disposições fundamentais da Lei de Áreas Protegidas, o que corrobora a inclusão das comunidades locais. Outrossim, a Lei possibilita que terras intituladas indígenas se tornem igualmente áreas protegidas, tal como, por exemplo, a Área Protegida Ameríndia de Kanashen, protegendo o direito dos povos indígenas de continuarem a usufruir dos recursos das áreas protegidas a fim de perpetuarem a prática do seu modo de vida tradicional.

Atualmente, a totalidade das áreas protegidas da Guiana dispõe de planos de gestão individuais, previamente elaborados através de consultas às comunidades e incluindo a promoção do conhecimento tradicional em prol da preservação e da gestão da área. Outras conquistas incluem: o emprego e a capacitação de membros da comunidade para se tornarem guardas-florestais, o mapeamento do uso de recursos tradicionais nas áreas protegidas, garantindo consultas e materiais educativos nas línguas indígenas, bem como o incentivo aos meios tradicionais de subsistência, por meio da criação de mercados para o artesanato Balata.

Os desafios enfrentados envolvem questões acerca da posse e conflitos de terra, a ausência de uma política nacional de assessoria para a incorporação e o uso do conhecimento indígena em pesquisas, a falta de capacidade técnica e de know-how, a dificuldade em se envolver os jovens em atividades tradicionais, bem como a escassez de recursos financeiros.

NATUREZA-CULTURA: UMA HISTÓRIA DE OPOSIÇÃO

Quando o primeiro parque nacional e as primeiras reservas naturais da França foram criados, na década de 1960, apenas territórios virgens e desabitados eram selecionados, com o exclusivo objetivo de ser preservada a sua beleza natural. Não havia inclusão de pessoas e da cultura, pois a natureza e a cultura eram concebidas como dois conceitos opostos. Contudo, este quadro mudou à medida em que foram levantadas questões acerca de como preservar recursos nas reservas naturais valendo-se dos meios tradicionais. Parques naturais regionais foram criados no final da década de 1960, diferentemente dos parques e reservas nacionais, a partir de então incluindo as comunidades e levando em consideração o desenvolvimento local e a preservação da cultura e da biodiversidade. Todos os parques naturais regionais têm um estatuto que equivale a um contrato entre as comunidades do território e a autoridade responsável pela proteção da área, identificando quais as atividades permitidas e como elas devem ser conduzidas no âmbito do parque natural.

Nos anos 1990, as áreas protegidas (reservas naturais) foram introduzidas na Guiana Francesa. Houve muitas tentativas iniciais de se criar um “Parque Amazônico da Guiana Francesa”, mas as comunidades resistiram à ideia. Em 2006, a legislação foi atualizada e mudou a estrutura dos parques nacionais. A nova legislação possibilitou aos parques nacionais terem uma área central para a preservação da biodiversidade, associada a uma zona de proteção na qual as comunidades estariam presentes e poderiam usar os recursos em harmonia com um estatuto semelhante àquele dos parques naturais regionais. Justamente após essa mudança na legislação, foi finalmente criado com sucesso, em 2007, o Parque Amazônico da Guiana Francesa.

O estatuto do Parque Amazônico da Guiana Francesa promove ações específicas no sentido de assegurar que o Patrimônio Cultural Vivo seja integrado à respectiva gestão, tais como: fácil acesso a recursos e arquivos, proteção do conhecimento e dos saberes tradicionais, sensibilização acerca da necessidade de transmissão e criação de ferramentas de mediação e de divulgação cultural, assim como a promoção do diálogo entre as partes envolvidas.

Alguns dos desafios enfrentados na gestão de áreas protegidas na Guiana Francesa incluem: acesso restrito a recursos, uso da terra e acesso a recursos florestais. Este acesso é geralmente definido pelo governo, por meio de uma lei separada, e de modo alheio ao controle dos gestores da área protegida. A comunicação incipiente entre as comunidades e as autoridades, acerca das atividades passíveis de realização e aquelas interditas nestas áreas, acaba igualmente resultando em conflitos. Para avançar, é imprescindível levar em consideração a evolução das necessidades das pessoas e a dinâmica das populações locais. As novas gerações revelarão necessidades diferentes e desafios surgirão na forma como essas necessidades serão integradas à gestão das áreas protegidas.

ÁREAS PROTEGIDAS NO SURINAME

O Suriname é um dos países mais verdes do mundo, com um total de dezesseis (16) áreas protegidas, cobrindo aproximadamente 2,1 milhões de hectares de terra, representando 13% do total da superfície do país. Essas áreas protegidas foram criadas a partir da década de 1970, no intuito de proteger não apenas importantes ecossistemas, serviços em prol dos ecossistemas e da preservação do habitat das espécies, mas igualmente para a preservação da cultura, de monumentos e paisagens naturais.

No Suriname, existem cinco tipos de áreas protegidas, a saber, reservas naturais, parques naturais, áreas de gestão para uso múltiplo, florestas protegidas especiais e florestas comunitárias. Das dezesseis áreas protegidas, onze são reservas naturais, quatro são áreas de gestão para uso múltiplo e apenas uma é classificada como parque natural. No Suriname, não há comunidades indígenas ou tribais vivendo no interior das reservas naturais, mas várias comunidades são encontradas no entorno das reservas naturais, as quais utilizam os respectivos recursos para a sua subsistência. Por outro lado, as comunidades têm acesso às áreas de gestão para uso múltiplo, pois não há proteção rigorosa e atividades econômicas são permitidas. No caso das florestas comunitárias, a floresta pertence às comunidades locais e lhes é permitido realizarem atividades florestais mediante consulta ao governo.

No Suriname, existe relevante enquadramento jurídico de apoio à preservação da natureza. Inclusive, na Constituição são mencionados o desenvolvimento e a expansão de ambientes naturais em prol da preservação do equilíbrio ecológico. Além disso, no país há quatro leis (Direito Agrícola, Lei de Caça, Lei de Pesca Marítima, Lei de Alocação de Terra Estatal), dois Atos (Lei de Preservação da Natureza, Lei de Gestão Florestal), três Convenções (CBD, RAMSAR, CITES) e Decretos Ministeriais que orientam os esforços voltados à preservação.

Em vários textos legais do país, os direitos das comunidades indígenas e tribais estão sendo respeitados, tais como, por exemplo, a Lei de Preservação da Natureza, concedendo às comunidades indígenas e tribais o direito de fazerem uso tradicional sustentável dos recursos naturais no interior de áreas protegidas. Ao fazer parte da CDB, é igualmente exigido do Suriname o cumprimento do CLPI e das condições para compartilhamento de benefícios da convenção, no intuito de garantir que as comunidades estejam envolvidas na gestão das áreas protegidas.

Dentre os desafios enfrentados na gestão de áreas protegidas, é possível incluir: escassez financeira e de mão-de-obra para gerenciamento e controle da área protegida; reivindicação de direitos territoriais de comunidades indígenas e quilombolas; atividades econômicas legais e ilegais, bem como a mineração. A maioria das áreas protegidas no Suriname está situada em áreas remotas e enfrenta ameaças de atividades ilegais em pequena escala, tais como o garimpo de ouro e outras atividades potencialmente insustentáveis que resultam na degradação dos recursos terrestres e hídricos dos quais as comunidades dependem fortemente.



A Sra. Odacy Davis apresentando-se em nome da Guiana

Compartilhando Experiências

A segunda sessão foi conduzida pela Sra. Odacy Davis. Cada país apresentou iniciativas ou projetos específicos que demonstraram a transmissão do Patrimônio Cultural Vivo ou relacionado a uma área protegida.

O Sr. Romeo Ramjiawan e a **Sra. Katia Delvoye** destacaram dois projetos concluídos no Suriname, referentes à preservação da cerâmica e à tradição oral nas comunidades indígenas. O primeiro projeto em torno da preservação da cerâmica não foi bem-sucedido, mas foi identificado como exemplo de aprendizado para futuros projetos.

CERÂMICA KARI' NA

Em 2004, seguindo os planos para o desenvolvimento do turismo na reserva natural de Boven Coesewijne, uma comunidade de Kari 'Na, localizada não muito distante da fronteira da área protegida, decidiu iniciar um projeto de cerâmica para reavivar a arte no seio da comunidade. Os anciãos reuniram as matérias-primas (argila) e os jovens receberam capacitação para realizarem vários modelos. As matérias-primas, no entanto, não estavam disponíveis na aldeia e foi necessário trazê-las de outras aldeias, tais como Onverwacht, localizadas a longas distâncias da comunidade Kari 'Na. Muitas dificuldades foram enfrentadas no transporte das matérias-primas e, infelizmente, o projeto veio a falhar. Algumas das peças em cerâmica produzidas permanecem expostas em escolas da comunidade.

Uma das histórias de maior sucesso no Suriname envolveu o uso de tecnologia no seio de uma comunidade até então considerada muito isolada. Segundo a Sra. Delvoye, há cerca de dois anos, a construção de uma nova estrada interligando o Rio Suriname e o Rio Saramacca proporcionou ao remoto território de Matawaai novas oportunidades, mas igualmente gerou ameaças. Projeto inicialmente consistente em uma iniciativa de mapeamento, ele evoluiu para bem além, uma vez que muitas histórias antigas foram ouvidas e levadas em linha de conta.

HISTÓRIAS DA TRADIÇÃO ORAL DE MATAWAAI

Durante um exercício de mapeamento do uso da terra visando a coleta de dados básicos no território recém-aberto de Matawaai, surgiram muitas histórias datadas de longínquos 300 anos. Em um esforço de documentação e preservação desta tradição oral, os jovens das aldeias foram capacitados para conduzirem entrevistas e usarem recursos audiovisuais no intuito de registrarem as histórias dos mais velhos.

Foram entrevistados 35 anciãos, com a produção de 17 horas de filmagens audiovisuais. 300 histórias orais foram gravadas, referentes a 150 lugares importantes e 700 nomes de lugares foram mapeados ao longo de 350 quilômetros do Rio Saramacca. O primeiro mapa abrangente de terras ancestrais de Matawaai foi criado e vinculado às gravações, com a utilização de um novo aplicativo de código aberto, denominado Terrastories.

O Terrastories é um aplicativo interativo para a promoção de geostorytelling (relato de histórias da região) que pode ser usado sem conexão à Internet. O servidor com todas as informações está hospedado na comunidade Matawaai e controla quem pode acessar os dados.

O Sr. **Jérémie MATA** e o Sr. **Touine KWATA** apresentaram-se em nome da Guiana Francesa. Eles identificaram vários projetos, alguns dos quais atualmente em andamento e muitos em vias de implementação nas escolas. O Sr. Mata destacou vários projetos em curso na Guiana Francesa, destinados à preservação e à transmissão do patrimônio cultural das comunidades Wayapi e Teko. Estes projetos possibilitaram salvar as músicas do Wayapi, a criação de um dicionário Teko e de suportes pedagógicos, assim como a narração de histórias e a produção de algodão.

SALVANDO AS GRANDES CANÇÕES EM WAYAPI

Com o auxílio do etno-musicólogo Jean-Michel Beudet, produziu-se uma coletânea de músicas tradicionais em Wayapi. A coletânea incluiu gravações de som e transcrições de músicas, tanto no idioma Wayapi como em francês. Um songbook será produzido em 2020. Essas músicas em Wayapi estavam prestes a desaparecer, o que conferiu fundamental importância ao projeto. O projeto visa igualmente transmitir as músicas para as gerações mais jovens. Até o momento, cerca de seis jovens adultos já sabem ler e cantar as grandes canções dos Wayapi.

DICIONÁRIO TEKO

Um dicionário está em elaboração, com o intuito de preservar a língua Teko, contando com a parceria de organizações de preservação e instituições educacionais. O dicionário deverá conter palavras e pequenas frases, tanto em Teko quanto em francês.

SUPORTES PEDAGÓGICOS

Foram criados suportes pedagógicos nas línguas Wayapi e Teko, com o objetivo de se coletar os nomes dos diferentes tipos de mandioca e as denominações das diferentes plantas cultivadas no campo. Um pequeno livreto foi editado, contendo as denominações dos diferentes tipos, variedades e possíveis usos da mandioca. Ao longo do projeto, cerca de sessenta diferentes tipos de mandioca foram catalogados. A publicação é rotineiramente consultada em escolas.

NARRATIVAS

Histórias da tradição oral estão sendo contadas em escolas nas línguas Wayapi e Teko, em proveito de crianças de 7 a 8 anos. Muitas histórias em Wayapi e Teko foram gravadas e um vídeo foi produzido com legendas em francês. Os próximos passos incluem a produção de um livro para a publicação destas histórias.

ALGODÃO E AROUMAN

Um projeto foi lançado nas escolas visando a transmissão de conhecimentos relacionados à confecção de tecidos de algodão. As meninas são ensinadas a rodarem o tear de algodão, ao passo que os meninos aprendem a fazer as ferramentas (arouman e madeira) necessárias a atividade no tear.

O Sr. Touine Kouata falou sobre um projeto em vias de implementação no seio da sua comunidade, uma comunidade quilombola Aluku, localizada no alto Rio Maroni. Estes indivíduos são descendentes de quilombolas que escaparam das plantações antes da emancipação. No tempo da escravidão, nenhuma transmissão de conhecimento era realizada. A transmissão somente teve início após os membros da comunidade quilombola encontrarem um território para se estabelecerem. Todavia, a transmissão somente ocorria oralmente, em casas especialmente dedicadas. Lançou-se então um projeto visando salvaguardar este patrimônio constituído e incentivar a sua transmissão.

SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CONSTITUÍDO

O patrimônio constituído é parte integrante da cultura e da identidade Aluku. Cada família dispõe de uma casa onde tudo é tradicionalmente executado, desde o cozinhar e o esculpir da madeira, até a transmissão do conhecimento ancestral. Graças a um acordo firmado entre o Parque Nacional e a municipalidade, medidas estão sendo tomadas no intuito de se preservar a arquitetura cultural da comunidade. Os jovens vêm sendo capacitados em técnicas de construção e pintura tradicionais aplicadas nestas casas. Essas técnicas, juntamente com outros conhecimentos tradicionais, em grande parte transmitidos oralmente, são coletadas e transcritas para que algo tangível seja resguardado, tornando-as acessíveis às gerações futuras.

Para encerrar essa sessão, o **Dr. Deirdre Jafferally** e o **Sr. Michael Williams**, apresentaram-se em nome da Guiana e analisaram a relação entre a Área Protegida da floresta de Iwokrama e o NRDDB, intervindo acerca do quanto a mata tem auxiliado na transmissão da cultura Makushi ao longo dos anos. Neste aspecto, grande parte do trabalho realizado em prol da Área Protegida de Iwokrama tem se concentrado na educação e envolve a capacitação dos membros da comunidade local em clubes de vida selvagem, no programa comunitário para trabalhadores ambientais, na Unidade de Pesquisa Makushi, no Programa de Formação de Guardas-Florestais e Guias Turísticos.

CONSTRUINDO CAPACIDADES

A Área Protegida de Iwokrama ajuda a sustentar a cultura viva dos Makushi, desenvolvendo a capacidade dos jovens em usarem os respectivos conhecimentos tradicionais no manejo de recursos da área protegida e das suas comunidades. Desde os seis anos de idade, as crianças participam de clubes de vida selvagem que procuram associar conhecimento científico ao conhecimento tradicional na execução de diversas atividades, tais como: observação de aves, monitoramento de chuvas e fenologia de plantas. Graças aos clubes de vida selvagem, práticas tradicionais são igualmente ensinadas às crianças pelos mais velhos. O festival anual da vida selvagem inclui competições envolvendo a confecção de cestas, o processamento da mandioca e o acendimento de fogueiras, entre outras atividades culturais que incentivam as crianças a aprenderem essas habilidades.

No transcorrer de toda a sua permanência nos clubes e até mesmo posteriormente, os indivíduos são capacitados para gerenciarem o seu meio ambiente. Essas habilidades possibilitam-lhes prestarem apoio aos Conselhos da Aldeia no monitoramento dos recursos da comunidade, na identificação dos problemas e na tomada de decisões apropriadas.

As mulheres igualmente se envolvem atuando na Unidade de Pesquisa Makushi. Elas ajudam a registrar e a documentar a cultura Makushi, o uso de recursos e medicamentos tradicionais que levaram ao desenvolvimento de produtos comercializáveis, tais como a “Rupununi Essence”.

Ao longo dos anos, a Área Protegida de Iwokrama constituiu-se em plataforma para a construção de redes entre comunidades e organizações que trabalham em parceria, apoiando e financiando o desenvolvimento de vários projetos, tais como a preservação do pirarucu, a documentação de histórias de povoados, o mapeamento de recursos comunitários e um projeto atual voltado para a descoberta de sobre “como integrar o conhecimento tradicional às políticas e práticas nacionais”.

Feedback dos participantes

Os participantes tiveram então a oportunidade de apresentarem um feedback sobre as apresentações anteriores.

- A Dra. Judith Rosales observou que um problema comum constatado nas áreas protegidas dos três países reside no imperativo de uma **abordagem paisagística da gestão**. Ela sinalizou que uma abordagem paisagística levará em consideração tanto a paisagem ecológica quanto a paisagem cultural, observando que seria interessante ver como essa perspectiva poderia ser aplicada na gestão das áreas protegidas. Ela destacou suplementarmente a **importância da capacitação para a transmissão e a pesquisa**, em vários níveis, algo evidenciado em todos os exemplos apresentados.
- Os participantes igualmente discutiram o uso do aplicativo “**Terrastories**” pelo Suriname. O Sr. Vitus Antone, a Sra. Odacy Davis e o Dr. Deirdre Jafferally concordaram tratar-se de **uma ótima iniciativa para o aprimoramento e a utilização como prática visando o compartilhamento e a preservação do conhecimento indígena, tendo em vista a sua vantagem ao possibilitar o envolvimento dos jovens**. O Dr. Jafferally observou que o uso do “Terrastories” pode ser explorado na Guiana, recorrendo ao uso das histórias indígenas atualmente publicadas no blog Pantani.

Após as discussões, uma nota informativa acerca das atividades do segundo dia foi fornecida e o primeiro dia da oficina foi assim encerrado.



**Considerações sobre o acompanhamento por parte do público ouvinte durante as apresentações.
A partir da esquerda: Sr. Thadaigh Bagallay, Sra. Vercida Gomes, Sr. Patrick Gomes**

Segundo dia - 15 de maio de 2019

O segundo dia da oficina teve início com uma oração declamada em Makushi pelo **Sr. Octavius Hendricks**, Arqueiro na área protegida das Montanhas Kanuku, seguida de uma visão geral da programação para o dia.

As atividades prosseguiram com apresentações de representantes de cada país, um painel de discussão e uma sessão de discussão.

Integração do Conhecimento Tradicional às Políticas, Práticas e Tomadas de Decisão

A primeira sessão do dia foi conduzida pela Sra. Odacy Davis e incluiu apresentações de representantes propiciando uma visão geral da situação da integração do conhecimento tradicional à política, às práticas e às tomadas de decisão em cada país, no tocante à gestão e à preservação das áreas protegidas.

O Sr. **Hervé ROBINEAU** (Guiana Francesa) discorreu acerca dos desafios enfrentados pelas municipalidades em razão de estarem situadas nas proximidades das áreas protegidas, destacando como o conhecimento tradicional foi incorporado à tomada de decisões, no intuito de serem encontradas soluções para estes desafios. Ele igualmente mencionou a perda cultural no seio dos Awala-Yalimapo e identificou muitos projetos que ajudaram na integração do conhecimento tradicional às várias práticas promotoras da transmissão e do reavivamento dos saberes.

AWALA-YALIMAPO

Awala-Yalimapo é uma comunidade localizada às margens do Rio Maroni, com população de aproximadamente 1.500 pessoas, principalmente composta de Kalinas. A comunidade localiza-se próxima à Reserva Amana e enfrenta diversos desafios relacionados ao uso de recursos na área protegida.

Em 2001, formou-se uma comissão mista para as questões culturais, constituída de Toshaos e de indivíduos Awala e Yalimapo, no intuito de se promover a cultura e se aprimorar o processo de tomada de decisões concernentes a todas as questões que afetem a comunidade. A comissão trabalha em estreita colaboração com a Reserva Amana e parceiros de outros territórios e países. São executados projetos de cooperação com os Galibi, do Suriname, no sentido de captar conhecimentos dos Kalinas e reviver a sua cultura perdida. Eles igualmente executam projetos em parceria com o Brasil, países do Caribe francês e o Canadá. Alguns destes projetos incluem:

- proteção de praias importantes para a nidificação das tartarugas marinhas
- inventários naturais de biodiversidade
- sediar os jogos de Kalinas uma vez por ano, durante o quais as pessoas competem em corridas e atividades remissivas do modo de vida tradicional, tais como o arco e flecha
- criação de uma escola para o ensino de canções, dança e manuseio de tambores
- elaboração de um dicionário da língua Kalinas
- sediar um festival de tambores
- promoção da construção de barcos tradicionais e de práticas de navegação

A municipalidade foi agraciada com dois títulos, um pela gestão costeira integrada e outro por ser área de turismo sustentável. Atualmente eles têm trabalhado junto aos idosos, no intuito de coletarem informações tradicionais visando conquistar o título de “Território de Arte e Cultura”.

Em seguida, o Sr. **Johan Roozer** delineou as medidas tomadas até o momento pelo Suriname em seu esforço de integração do conhecimento tradicional às políticas do país. Ele igualmente enfatizou que tanto a proteção positiva quanto a proteção defensiva podem trabalhar de mãos dadas para se alcançar essa integração.

INTEGRAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS ÀS POLÍTICAS (SURINAME)

As mais recentes medidas adotadas pelo Suriname em prol da proteção dos saberes tradicionais incluem:

- Uma oficina, realizada pelo Ministério do Comércio e Indústria em outubro de 2016, intitulada “O desenvolvimento e a proteção dos saberes tradicionais no Suriname”
- Celebração do dia dos sistemas de medicina tradicional, na Câmara de Comércio, em Paramaribo, com o tema “a síntese entre o sistema oficial de medicina e a medicina tradicional”
- Uma avaliação básica acerca das necessidades para a proteção dos saberes tradicionais no Suriname
- A apresentação de uma proposta para implementação de uma política defensiva de proteção dos saberes tradicionais, com base em um banco de dados e na adoção de medidas legais
- Ratificação, em 2017, da convenção referente à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

A Sra. Frédérique Longin apresentou-se em seguida. Ela discutiu as políticas oficiais de apoio a vários projetos que incentivam a transmissão dos saberes tradicionais na Guiana Francesa.

INTEGRAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS ÀS POLÍTICAS E PRÁTICAS (GUIANA FRANCESA)

Na Guiana Francesa, a órgão encarregado dos Assuntos Culturais desenvolve uma política de apoio financeiro a vários projetos, incluindo:

- Suporte a artistas na realização de oficinas para transmissão de saberes tradicionais. A política oferece apoio a artistas situados em todas as regiões, contudo, há obstáculos e desafios no reconhecimento dos artistas locais.
- Apoio a projetos culturais ou artísticos em curso nas comunidades, tais como festivais e jogos. Entretanto, poucos projetos foram propostos e a insuficiência de conhecimentos dos condicionantes e arcabouços institucionais, por parte dos membros das comunidades, dificulta o acesso a estes subsídios.
- Projetos de pesquisa em ciências humanas, no âmbito da antropologia e da musicologia, são igualmente apoiados. A título de exemplo, o Projeto de Conhecimento Wayana-Apalai promoveu o estudo, por membros das comunidades, de objetos da cultura Wayana coletados no passado. O intercâmbio entre museus e habitantes conferiu maior sentido às próprias coleções, como por exemplo, no tocante ao uso destes objetos e materiais, promovendo acesso privilegiado a artefatos arqueológicos pelos membros das comunidades.

- O desenvolvimento dos veículos de mídia local possibilita aos membros das comunidades terem acesso às suas próprias notícias e ao rádio. Os jovens foram capacitados com vistas a produzirem vídeos, criarem um website e atualizá-lo periodicamente.
- A elaboração de um projeto visando a salvaguarda do patrimônio constituído e a transmissão dos saberes tradicionais.
- Garantir que medidas arqueológicas de prevenção sejam tomadas, no âmbito de escavações arqueológicas realizadas em sítios históricos oficiais, antes de qualquer intervenção ou construção

A Dra. Deirdre Jafferally apresentou-se ao final desta sessão. Ela ofereceu uma visão global do projeto, atualmente sob a sua coordenação na Guiana, concernente à integração dos saberes tradicionais às políticas e práticas nacionais. O projeto, com execução prevista para um período de três anos e nove meses, envolve parceiros nacionais e internacionais, além de grupos comunitários locais.

INTEGRAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS ÀS POLÍTICAS E PRÁTICAS NACIONAIS

Os objetivos do projeto se resumem a:

- avaliar as oportunidades e obstáculos à integração dos saberes tradicionais, com foco nas áreas protegidas;
- criar uma abordagem baseada em evidências para a integração dos saberes tradicionais
- elaborar um plano de ações nacional

A implementação do projeto consiste em três níveis. Localmente, ele envolveu consultas às comunidades, a fim de serem identificados desafios e questões enfrentados em relação à transmissão de saberes tradicionais nas áreas protegidas, com subsequente indicação de possíveis soluções. Oficinas foram realizadas e breves vídeos produzidos, para posterior apresentação aos elaboradores das políticas correlatas.

Em nível nacional, uma revisão das políticas implementadas foi então realizada, no intuito de se identificar o nível de integração dos saberes tradicionais aos atuais planos nacionais. Os resultados preliminares da revisão das políticas implementadas evidenciam haver um bom nível de integração dos planos relacionados a determinadas esferas, tais como aquelas associadas à conservação (área protegida e biodiversidade), à cultura e aos direitos humanos. Entretanto, não há reconhecimento dos saberes tradicionais no âmbito das políticas relacionadas à agricultura, à mineração, à extração de petróleo e aos direitos à propriedade da terra, muito embora as recentes atualizações das políticas de extração mineral e florestal tenham dado indícios de inclusão dos saberes tradicionais.

Com vistas a conferir um enfoque internacional à integração dos saberes tradicionais, foi igualmente realizada uma revisão da literatura para identificar as melhores práticas e métodos no sentido de integrar os saberes tradicionais às políticas nacionais. Obstáculos à integração dos saberes tradicionais foram identificados, incluindo barreiras comunicativas, conceituais e políticas.

Estes diferentes níveis de trabalho contribuíram no sentido de auxiliar na criação de uma estrutura, em prol do delineamento de um plano nacional de ações no tocante aos saberes tradicionais. O plano nacional de ações está em vias de desenvolvimento, contemplando os seguintes objetivos:

- Elevar o nível de conscientização nacional acerca do importante papel cabível aos povos indígenas e aos seus saberes tradicionais
- Fortalecer as leis locais, a governança e os mecanismos de preservação e integração dos saberes tradicionais
- Promover o empoderamento das comunidades indígenas visando a documentação e a abordagem das questões referentes à preservação e à integração dos saberes tradicionais

Os próximos passos incluem o envolvimento contínuo de outras áreas protegidas, dando sequência ao processo de FPIC junto às comunidades e a outras partes envolvidas, consultas integrais a estas últimas em prol da elaboração do plano de ações, com o desenvolvendo de um programa de capacitação para todo o processo de integração dos saberes tradicionais e em favor de um intercâmbio de igual para igual entre os países do Escudo das Guianas.



O Sr. Hervé ROBINEAU apresentou-se em nome da Guiana Francesa

Painel de discussão

Um painel de discussão foi conduzido pela Sra. Odacy Davis, com o tema “Envolvimento da Comunidade, Acesso e Compartilhamento de Benefícios na Gestão das Áreas Protegidas”. O objetivo desta sessão consistiu em discutir como os detentores dos saberes tradicionais podem ser significativamente envolvidos neste processo. Cada país indicou 2 ou 3 pessoas para participarem do painel, cabendo a cada uma entre 3 e 5 minutos a fim de compartilharem a respectiva opinião sobre o tema.

Participaram do painel:

Guiana: Sra. Diana Fernandes, Sr. Patrick Gomes, Sr. David James

Suriname: Sr. Helmut Gezius, Sra. Renatha Simson, Sra. Marie-Josee Artist

Guiana Francesa: Sra. Marie Fleury

A Sra. Renatha Simson abordou o tema referente aos processos de consulta aos povos indígenas e tribais. Ela destacou a inexistência de um arcabouço legal no Suriname, reconhecendo a personalidade jurídica dos povos indígenas e tribais, além de tampouco haver legislação que reconheça o direito à propriedade coletiva das terras destes povos (direito à posse da terra). Nenhuma consulta tampouco foi realizada às comunidades, por ocasião da criação das áreas protegidas no território ancestral dos povos de Kalina e Lokono. Além disso, ela indicou o não reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e tribais na Lei de Proteção à Natureza, defendendo a sua revisão desta última. A título de exemplo, ela observou a afirmação do governo de haver consultado os povos indígenas, entretanto, como as pessoas consultadas não eram membros da comunidade, a consulta não surtiu efeito. A Sra. Simson recomendou que, na criação de áreas protegidas, os princípios básicos referentes ao envolvimento da comunidade deveriam ser respeitados, em virtude de estarem diretamente relacionados à informação, à comunicação e à transparência.

A Sra. Marie-Josee Artist falou sobre o Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC). Ela enfatizou que o FPIC é um direito coletivo não pertencente a uma pessoa, mas à comunidade, pois essa última é a proprietária coletiva dos saberes tradicionais. Ela apresentou um exemplo em que uma comunidade no Suriname foi consultada antes da criação de uma área protegida em suas terras. Embora entrevistas de casa em casa tenham sido realizadas, as pessoas ainda não sabiam em que consistia o projeto. Devido à falta de informação e à ineficiente comunicação, os líderes da aldeia decidiram contra a criação da área protegida. A Sra. Artist enfatizou a importância dos intercâmbios intercomunitários em prol do desenvolvimento dos protocolos de FPIC, observando igualmente a necessidade deste consentimento continuar sendo um documento vivo, a fim de possibilitar a incorporação de futuras mudanças.

A Sra. Diana Fernandes compartilhou as suas opiniões e a respectiva experiência no que se refere ao acesso e compartilhamento de benefícios (ABS) na Guiana. De acordo com a Sra. Fernandes, antes da execução do Protocolo de Nagoya, no ano de 2010, a Guiana havia iniciado a elaboração de regulamentações com respeito ao ABS em 2006, finalmente elaborando um protocolo de ABS no ano de 2007. Contudo, este projeto de lei e o protocolo não foram implementados. Atualmente, a Agência de Proteção Ambiental controla o acesso às comunidades por meio de uma estrutura de licenciamento que regulamenta as pesquisas locais e internacionais. A Sra. Fernandes explicou que, previamente à realização de qualquer pesquisa, o pesquisador deve obter uma permissão da EPA. Se a pesquisa for conduzida em área protegida ou no seio de uma comunidade indígena, a permissão deve ser concedida

pelo órgão responsável pelas áreas protegidas e pelo líder da aldeia, antes que a atividade possa ser realizada. Embora existam alguns controles de acesso já implementados, não há nenhum que defina claramente o compartilhamento de benefícios. Ela igualmente observou a importância de se considerar a legislação de proteção dos saberes tradicionais e dos direitos de propriedade intelectual.

O Sr. David James abordou os dois tópicos dos processos de consulta às comunidades indígenas e o ABS. Ele observou o fato de a consulta ser um componente do FPIC e concordou se tratar de um direito coletivo. Ele salientou que, para a efetividade do FPIC, os próprios povos indígenas devem ditar como deveria ser o processo. O orador descreveu o projeto de entrega de títulos de posse de terras, em vias de execução pelo Ministério de Assuntos referentes aos Povos Indígenas, no qual ele trabalha. Ele colocou em evidência que, nos últimos dois anos, diretrizes foram estabelecidas para a entrega de títulos de posse da terra, mediante de consultas às comunidades. Como parte integrante do projeto, um protocolo de FPIC foi igualmente desenvolvido. Dirigindo-se à ABS, ele acrescentou que a Sra. Fernandes apontou acerca da necessidade da existência de direitos à propriedade intelectual. O Sr. James observou que as leis sobre direitos autorais e marcas registradas existem, mas não remetem aos direitos coletivos. Neste aspecto, ele afirmou que o desafio surge quando se trata de encontrar formas de proteger juridicamente estes direitos coletivos.

A Sra. Marie Fleury falou igualmente sobre o ABS e o Protocolo de Nagoya. Ela destacou o trabalho do GADEPAM, uma organização que visa salvaguardar os saberes tradicionais e incentivar a sua transmissão através da valorização econômica. A ideia reside no fato de a valorização econômica poder ser um modo de atração dos jovens para o aprendizado da respectiva herança cultural tradicional, pois eles se beneficiariam diretamente com a venda de produtos e artesanatos tradicionais. O GADEPAM atua como ponte entre pesquisadores, comunidades locais e sociedade civil, reunindo pessoas através de oficinas visando o compartilhamento de práticas e saberes tradicionais. A Sra. Fleury apontou que uma carta de princípios éticos foi igualmente escrita e direcionada aos membros, a fim de promover o diálogo, o respeito entre comunidades tradicionais e outras comunidades, o respeito dos seus saberes tradicionais e direitos sociais, bem como o respeito da biodiversidade. Declarou ainda que o GADEPAM tentou antecipar o protocolo de Nagoya. Entretanto, na França, ainda se faz necessário reconhecer as habilidades e o artesanato como verdadeiros ofícios artísticos, de forma a incentivar a transmissão dos saberes tradicionais e do conhecimento, assim como a auxiliar em sua valorização econômica.

O Sr. Patrick Gomes participou da discussão, fazendo menção a como os benefícios são compartilhados nas áreas protegidas da Guiana. Ele observou que, atualmente, as comunidades têm acesso a recursos para a prática das suas atividades tradicionais, tendo destacado, entretanto, que as necessidades destas comunidades estão em constante evolução. Neste aspecto, ele recomendou a implementação de programas educacionais em todas as comunidades, no intuito de auxiliar no direcionamento e na condução dos protocolos de FPIC.

O Sr. Helmut Gezius apresentou algumas recomendações a serem levadas em consideração. Ele apontou ser necessário refletir acerca da criação das áreas protegidas, de modo a garantir que as consultas sejam feitas corretamente, desde o início, a fim de evitar tensões entre comunidades e autoridades. Ele igualmente destacou a necessidade de os gestores das áreas protegidas se sensibilizarem com vistas a entenderem o Patrimônio Cultural Vivo das comunidades, fazendo-o seguindo o ponto de vista destas próprias comunidades, para se compreender como definir o acesso e os benefícios à sua cultura. Para tanto, ele recomendou que a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO) fosse levada em consideração. Adicionalmente, ele observou a diferença existente entre cogestão e gestão

comunitária, afirmando o fato de a cogestão ser habitualmente promovida, mas recomendando igualmente se levar em linha de conta a gestão comunitária.

A Sra. Odacy Davis endereçou uma pergunta aos participantes do painel, solicitando opiniões acerca de como lidar com o FPIC e envolver as comunidades em um contexto de ausência de direitos à posse da terra. A Sra. Artist respondeu, apontando o FPIC enquanto um processo que auxilia na promoção de um quadro de confiança mútua, entre comunidades e autoridades. As comunidades ainda têm os seus direitos consuetudinários e praticam a sua própria cultura, independentemente da ausência de reconhecimento jurídico. Enquanto tal, o FPIC é importante na proteção destas práticas no contexto de ausência de direitos à posse da terra.

A Dra. Judith Rosales acrescentou que, ao serem criadas áreas protegidas, seria importante compartilhar informações relevantes, junto às comunidades, referentes às motivações que justifiquem a proteção de tais áreas. Patrimônios florístico e faunístico substanciais são passíveis de constituírem razões para a criação destas áreas protegidas, mas podem igualmente ser importantes para as próprias comunidades.

Os comentários finais foram expressos pela Sras. Simson e Katia Delvoye, as quais compartilharam sensações semelhantes, observando ser importante ter em mente “contra quem?” se protege essas áreas. Em algumas comunidades, patrimônios florístico e faunístico substanciais já se encontram protegidos pelos costumes tradicionais. Há temporadas de caça e de proibição, com calendários possibilitando a reprodução das espécies. Todavia, a criação de áreas protegidas implica em mudanças na gestão destes recursos naturais e, em alguns casos, evita por completo a atividade da caça.

Os participantes do painel entregaram as suas observações finais e a sessão foi encerrada.



Uma seção do painel. A partir da esquerda: Sr. Helmut Gezius, Sr. David James

Coleta de Informações e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Vivo

Cada país apresentou um estudo de caso ou uma iniciativa, demonstrando como o patrimônio cultural pode ser salvaguardado e quais os meios de coleta das informações. A sessão foi conduzida pela Sra. Odacy Davis.

A apresentação da Guiana foi feita em forma de vídeo, exibindo a transferência cultural intergeracional em prol das gerações mais jovens dos povos Makushi, habitantes das aldeias Surama e Yupukari, ao norte de Rupununi. O vídeo apresentou entrevistas de pessoas envolvidas na transmissão dos saberes nas aldeias.

TRANSFERÊNCIA CULTURAL PARA AS GERAÇÕES MAIS JOVENS

Em Surama, a cultura é transmitida graças a um grupo de incentivo à cultura que encoraja crianças a se envolverem. As crianças assimilam histórias tradicionais sobre o seu estilo de vida, cantam canções e aprendem danças tradicionais, além da culinária e do artesanato herdados, assim como tecer algodão, dentre muitas outras atividades. O grupo de incentivo à cultura foi criado pela Sra. Jean Allicoock com algumas crianças e, desde então, cresceu consideravelmente. O grupo viaja pelo país para cantar e dançar em vários eventos culturais. Essas oportunidades geram interesse junto a outros jovens, levando estes últimos a se envolverem.

Em Yupukari, os anciãos ensinam e transmitem habilidades ao redor de fogueiras, recorrendo a encenações, poemas, danças, canções e histórias. O ambiente ao redor da fogueira incentiva as crianças a saírem e aprenderem sobre a sua cultura. Igualmente desenvolvido, um programa fora do horário escolar recorre à Internet para reunir os jovens e promover o seu aprendizado cultural, graças a pesquisas sobre os povos indígenas realizadas na rede mundial.

Após a exibição do vídeo, o **Sr. Aïma Opoya** (Guiana Francesa) mencionou uma iniciativa na comunidade de Wayana, na qual foi gerado um espaço dedicado ao ensino para os mais jovens sobre as práticas tradicionais da comunidade.

TRANSMISSÃO BENAB

Na comunidade de Wayana, foi criado um espaço em que as pessoas podem aprender ou reaprender as suas práticas tradicionais. Na comunidade de Wayana, a perda no que diz respeito aos saberes tradicionais ocorre rapidamente, devido à modernização deste povoado. As crianças saem das suas casas precocemente, a fim de frequentarem escolas em outras aldeias. Neste período, elas deixam de ter contato mais contínuo com os saberes, práticas e estilo de vida tradicionais da comunidade Wayana e, quando retornam, já perderam muito da respectiva identidade cultural.

Um *benab* tradicional foi construído na comunidade de Antecume Pata, onde intercâmbios e reuniões ocorrem entre idosos e jovens envolvendo os saberes tradicionais, nas esferas do artesanato (cestaria e argila), da caça e da pesca.

A Sra. **Katia Delvoye** (Suriname) apresentou o trabalho da Equipe de Conservação da Amazônia, no âmbito do fortalecimento da cultura tradicional no seio das comunidades indígenas e quilombolas (Trio, Wayana e Matawai).

FORTALECER AS COMUNIDADES

Uma das três principais estratégias que norteiam o trabalho da equipe de Conservação da Amazônia reside em se “fortalecer a governança e promover as tradições das comunidades”. Para tanto, recorre-se à transmissão do saber cultural vivo, mediante as seguintes ações:

- apoio a clínicas tradicionais nas quais os idosos possam transferir os seus conhecimentos acerca de medicamentos ancestrais a jovens estudantes ou aprendizes
- promoção de intercâmbios interculturais entre comunidades
- produção de materiais educativos culturalmente responsivos
- valorização das escolas tradicionais, nas quais os idosos possam transmitir os seus saberes aos jovens
- junto às populações das várias aldeias, coprodução de material pedagógico culturalmente responsivo sobre as diferentes comunidades, com associação ao currículo escolar
- produção de cartazes com a temática do uso de plantas pelas comunidades (tais como, materiais de construção, ferramentas, alimentos, medicamentos...)
- criação de um banco de dados sobre a biodiversidade, contendo a nomenclatura tradicional da fauna, em seis diferentes idiomas
- uso de aplicativos para o mapeamento interativo da história oral.



A Sra. **Katia Delvoye** apresentou-se em nome do Suriname

Discussão em Grupo

Os participantes foram divididos em quatro grupos de trabalho, sendo-lhes atribuído um dos seguintes tópicos para discussão.

- Integração dos saberes tradicionais às Políticas, Práticas e Tomadas de Decisão
- Envolvimento das comunidades na Gestão das Áreas Protegidas
- Acesso e Compartilhamento de Benefícios na Gestão das Áreas Protegidas
- Como coletar informações e salvaguardar o Patrimônio Cultural Vivo

A cada grupo foi atribuída a tarefa de identificar os desafios e lacunas comuns aos nossos países e as oportunidades de cooperação, compartilhamento de experiências e melhores práticas, assim como de encontrar recomendações para ações a curto e longo prazo, além de fontes de recursos (conhecidas ou potenciais) em prol do tema designado. A seguir, um resumo das discussões realizadas.

INTEGRAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS ÀS POLÍTICAS, PRÁTICAS E TOMADAS DE DECISÃO

Desafios e lacunas comuns aos nossos países

Foram identificadas lacunas e desafios relevantes nas políticas dos três países. Na Guiana Francesa, há falta de reconhecimento das comunidades na esfera jurídica. No Suriname, embora existam muitas leis referentes às comunidades, o desafio diz respeito a conjugar de modo abrangente estes vários textos legais a fim de lhes garantir maior consistência. Ao passo que, no que tange à Guiana, observou-se que no âmbito jurídico as áreas protegidas ainda carecem de inclusão de certos elementos ou aspectos que os ameríndios e comunidades gostariam de ver legalmente salvaguardados.

Oportunidades de cooperação e compartilhamento de experiências/melhores práticas

O grupo identificou oportunidades de cooperação regional e internacional. Dentre as quais:

- Colaboração entre universidades dos três países na realização de pesquisas
- Cooperação técnica entre os três países
- Cooperação entre organizações comunitárias, bem como entre as comunidades e os respectivos governos, visando a proteção e a promoção da arte amazônica

Recomendações para ações a curto e longo prazo

As seguintes ações foram recomendadas:

- Elaborar um plano de ações até o final de 2019 para a integração dos saberes tradicionais às políticas, práticas e tomadas de decisão, no qual as ações deverão primeiramente ser identificadas em nível nacional e, posteriormente, ser discutidas em conjunto pelos três países, com o intuito de se formular o plano global
- Concluir a implementação do plano de ações até o ano 2021
- Apresentar as descobertas e lições aprendidas no Congresso Internacional sobre a Biodiversidade do Escudo das Guianas, previsto para 2021 em Caiena.

Fonte de recursos (conhecida ou potencial)

A União Europeia (UE), o World Wide Fund for Nature (WWF), as Nações Unidas (ONU) e a REDD+ Initiative (Iniciativa para redução de emissões provenientes do desmatamento ou da degradação florestal e reconhecimento do papel da conservação, da gestão sustentável das florestas e do aumento dos reservas de carbono florestal nos países em desenvolvimento) foram listados como possíveis fontes de recursos.

ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Desafios e lacunas comuns aos nossos países

Nos três países, foram identificados os seguintes desafios:

- Comunicação e envolvimento com as comunidades: a comunicação e o envolvimento em forma de consultas, da capacitação e da conscientização devem ocorrer de modo a sensibilizar culturalmente o público. É importante levar a abordagem em consideração e garantir que os materiais estejam disponíveis nos idiomas nativos a fim de assegurar a sua eficácia.
- Acesso às comunidades: o acesso físico a comunidades remotas e isoladas pode representar um desafio, especialmente em caso de ausência de infraestrutura e recursos financeiros limitados.
- Abordagem de cima para baixo para o gerenciamento das áreas protegidas
- Conflitos pela posse da terra: as comunidades eventualmente se recusam a trabalhar junto aos gerentes das áreas protegidas, devido a objetivos conflitantes em relação às áreas envolvidas. Podem surgir contradições entre as comunidades, lutando pela posse das suas terras, e o governo, na implementação da sua política de demarcação das áreas protegidas.

Oportunidades para cooperação e compartilhamento de experiências/melhores práticas e recomendações para ações a curto e longo prazo

Nos três países, foi recomendada a realização de mais oficinas, conferências, reuniões, compartilhamento de experiências, capacitação e networking, como boas oportunidades de compartilhamento de experiências e melhores práticas. Através destas sessões de capacitação, os gerentes estariam mais bem habilitados para conduzirem consultas eficazes e obterem melhor envolvimento junto à comunidade. Os projetos e oportunidades atuais incluem:

- O projeto IAPA/REDPARQUES
- O REDD+ Initiatives
- A iniciativa Darwin
- O Congresso Internacional sobre a Biodiversidade no Escudo das Guianas
- O Congresso da América Latina e Caribe
- Intercâmbios entre universidades

Fonte de recursos (conhecida ou potencial)

As possíveis fontes de recursos listadas incluem: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), organizações não-governamentais, tais como a Conservation International (CI) e o World Wildlife Fund for Nature (WWF), assim como a União Europeia.

ACESSO E COMPARTILHAMENTO DE BENEFÍCIOS NA GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Desafios e lacunas comuns aos nossos países

O grupo observou ser difícil encontrar desafios comuns entre os três países, pois cada país está em uma fase diferente em matéria de acesso e de compartilhamento de benefícios, bem como na implementação do Protocolo de Nagoya. Contudo, os seguintes desafios foram identificados:

- A ausência legal do conceito de cogestão: a lei não prevê a cogestão em áreas protegidas. A permissão deve ser concedida pelo órgão governamental responsável, antes que as pessoas possam colocar em prática as suas atividades tradicionais.
- Na Guiana Francesa, antes da elaboração da nova lei sobre a biodiversidade, em 2016, o único marco legal consistia na definição do território do Parque Nacional.
- Questões a serem tratadas lidar com comunidades transfronteiriças
- Ratificação do Protocolo de Nagoya: a ratificação do Protocolo de Nagoya auxilia os países a criarem as respectivas estruturas administrativas em nível nacional, a qual rege o acesso e o compartilhamento de benefícios. Entretanto, o protocolo é muito amplo e não contempla disposições no tocante aos saberes tradicionais.

O grupo igualmente identificou as seguintes lacunas:

- Os saberes tradicionais não estão integrados aos atuais quadros legais
- Em alguns países, os marcos legais ainda estão em vias de elaboração
- Falta de comunicação entre os órgãos competentes e as comunidades: as comunidades não são adequadamente informadas acerca das suas obrigações em nível nacional, mas precisam cumpri-las mesmo com pouca ou nenhuma capacitação e sem apoio.

Oportunidades de cooperação e compartilhamento de experiências/melhores práticas

As seguintes oportunidades foram identificadas visando a melhoria do acesso e do compartilhamento de benefícios no âmbito da gestão das áreas protegidas:

- Os países sem estrutura jurídica ou com marcos legais limitados no tocante ao acesso e ao compartilhamento de benefícios podem aprender com os outros países, inspirando-se nas estruturas e processos já existentes
- Ações de capacitação podem ser oferecidas aos líderes comunitários em questões relacionadas aos saberes tradicionais e ao acesso e compartilhamento de benefícios
- Programas de intercâmbio podem ser realizados junto às comunidades, no intuito de se aprender com aquelas em fase mais avançada da implementação de protocolos de acesso e compartilhamento de benefícios, tais como, por exemplo, a comunidade Kanashen, na Guiana.
- Os métodos empregados no processo de consulta para a implementação do Protocolo de Nagoya podem ser compartilhados com aqueles países em fase inicial do processo de consulta.

Recomendações para ações a curto e longo prazo

O grupo recomendou que as comunidades recebam a capacitação e o treinamento necessários para se organizarem e lidarem com questões relacionadas aos saberes tradicionais, ao acesso e ao compartilhamento de benefícios. Eles enfatizaram que qualquer decisão envolvendo a comunidade deva ser tomada pela própria comunidade. Intercâmbio de programas ou projetos entre comunidades, nacional e transfronteiriço, igualmente foram recomendados como oportunidades para aprender e compartilhar experiências.

Fonte de recursos (conhecida ou potencial)

A Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ), o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios decorrentes da sua utilização, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica Justa e Equitativa (CDB) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) foram listados como possíveis fontes de recursos.

COMO COLETAR AS INFORMAÇÕES E SALVAGUARDAR O PATRIMÔNIO CULTURAL VIVO

O grupo iniciou a sua discussão identificando linhas mestras e pontos a serem considerados para a coleta e a salvaguarda do Patrimônio Cultural Vivo.

Ao se coletar informações, é importante levar em consideração o tipo de informação e o método mais apropriado para se obter essas informações. O grupo apontou que, ao se coletar saberes tradicionais, o uso de métodos etnográficos seria preferível, a fim de se possibilitar a obtenção de maiores precisão e detalhamento dos registros. Para tanto, deve-se recorrer a reuniões, oficinas ou conversas individuais com contadores de histórias. Seria igualmente importante que o responsável pela coleta selecionasse a abordagem e o idioma adequados. O grupo igualmente observou que determinados conhecimentos são transmitidos apenas no seio das famílias ou das comunidades, cabendo aos responsáveis pela coleta respeitarem essas restrições. Adicionalmente, o tempo e os períodos devem ser considerados ao se coletar este tipo de informações. A título de exemplo, se os dados a serem registrados se referirem à caça, seria preferível coletar estes dados durante a temporada de caça, a fim de lhes conferir a maior precisão possível.

A fim de salvaguardar o Patrimônio Cultural Vivo, o grupo propôs que as práticas tradicionais fossem integradas aos currículos escolares, no intuito de os jovens aprenderem o quanto mais precocemente essas tradições. Eles igualmente propuseram um sistema de educação multilíngue/bilíngue no qual as crianças recebem aprendizado em suas línguas nativas. Atualmente, as crianças são obrigadas a aprender inglês/holandês/francês, idiomas previstos para a implementação dos diferentes currículos escolares. Isso dificulta o aprendizado das crianças e igualmente contribui para a perda de fluência nos idiomas nativos em meio às gerações mais jovens. Além disso, o grupo indicou que provisões de recursos devem ocorrer no âmbito dos orçamentos nacionais, a fim de permitir que sejam concedidos benefícios aos idosos no seio das aldeias, incentivando assim a transmissão dos saberes tradicionais. Finalmente, o grupo observou ser importante considerar quais informações são compartilhadas e como elas são compartilhadas nas comunidades, no intuito de assegurar a respectiva preservação.

Desafios e lacunas comuns aos nossos países

O grupo identificou os seguintes desafios e lacunas na coleta e na salvaguarda do Patrimônio Cultural Vivo:

- Idioma: o responsável pela coleta deve ser capaz de falar a língua dos nativos para que informações precisas possam ser eficientemente coletadas
- Conteúdo educacional de base europeia: os atuais currículos escolares não incluem práticas tradicionais ou qualquer aspecto da cultura tradicional, no sentido de promover a transmissão de saberes
- Os detentores de conhecimento, tais como pajés e anciãos, não são reconhecidos: eles precisam ser reconhecidos, especialmente em artigos científicos e trabalhos nos quais se recorre aos seus conhecimentos.
- Mudanças tecnológicas cada vez mais rápidas: aspecto importante a ser considerado na preservação dos saberes tradicionais. Devemos ser capazes de acompanhar as mudanças nos métodos de arquivamento e proteger devidamente os dados quando eles são armazenados nas nuvens.

Oportunidades de cooperação e compartilhamento de experiências/melhores práticas

O grupo identificou as seguintes oportunidades:

- A atribuição de bolsas para jovens das comunidades indígenas para prover-lhes acesso à educação
- Intercâmbio intercultural entre comunidades, local e internacionalmente
- Validação pela UNESCO de rituais e práticas compartilhadas

Recomendações para ações a curto e longo prazo

O grupo recomendou que departamentos de filosofia “popular” fossem criados em todas as universidades nacionais, no intuito de serem validadas as qualificações não tradicionais (não acadêmicas). Essa medida possibilitaria aos detentores de saberes tradicionais serem reconhecidos, por exemplo, no reconhecimento dos pajés enquanto médicos.

Fonte de recursos (conhecida ou potencial)

Embora recursos possam ser obtidos junto a organizações como a UNESCO, o grupo enfatizou que as próprias pessoas devem entender a importância de se coletar e salvaguardar a sua herança, buscando formas de financiar essas iniciativas por sua própria conta. Os indivíduos devem evitar a dependência de recursos externos, uma vez que eles geralmente não são suficientes para sustentar o projeto em longo prazo.

O facilitador encerrou a sessão e forneceu detalhes sobre as atividades do dia subsequente.



**Participantes apresentando os resultados da discussão em grupo.
A partir da esquerda: Sra. Sara Henry e Sr. Rudolf Pavion**

Terceiro dia - 16 de maio de 2019

O terceiro e último dia da oficina ocorreu em Nappi Village, localizada a aproximadamente 32 quilômetros de Lethem.

Ao chegarem à comunidade, os participantes foram recebidos com a apresentação “Dança do Beija-Flor”, encenada por membros da comunidade. Os comentários de abertura e boas-vindas foram então proferidos pelo **Sr. Francisco Gomes**. Sucedeu-se então uma oração Makushi, declamada pelo **Sr. Sylvester**, após a qual foi cantado o Hino Nacional.

O Toshao de Nappi, **Sr. Guy Fredricks**, fez breves comentários, dando boas-vindas aos participantes, apresentando brevemente a história e a descrição da comunidade de Nappi. Uma canção foi então apresentada por outro grupo cultural da comunidade.

As sessões da oficina começaram com um painel de discussão, imediatamente sucedido por uma sessão de debates em grupo. Em seguida, realizou-se uma visita de campo à Represa de Nappi.



Membros do conselho comunitário que auxiliaram na organização da sessão da oficina em Nappi

Painel de discussão

O painel de discussão foi conduzido pela Sra. Odacy Davis, com a temática “Como salvaguardar o Patrimônio Cultural Vivo através da preservação e da promoção da linguagem”. Cada país indicou 2 ou 3 pessoas para participarem do painel, cabendo a cada uma entre 3 e 5 minutos a fim de compartilharem a respectiva opinião sobre o tema.

Os participantes do painel foram os seguintes:

Guiana: Sra. Charlene Wilkinson, Sra. Grace Roberts, Sra. Wendy Leandro-Springer, Sr. Earl Thomas

Suriname: Sr. Johan Roozer

Guiana Francesa: Sra. Lucie Lepage

A Sra. Charlene Wilkinson iniciou a sua apresentação observando que a consciência da importância da linguagem, em si, constitui um recurso cultural. Ela destacou que a morte da linguagem se devia à colonização e ao sistema educacional europeu que monopolizava o uso do inglês. Ela contextualizou a responsabilidade dos governos de formularem orçamentos de forma a assegurar que os direitos de linguagem fossem respeitados e incorporados ao sistema educacional. Ela enfatizou que as crianças aprendem melhor quando ensinadas em sua língua materna. A Sra. Wilkinson incentivou as pessoas a aderirem à campanha em prol da proteção das línguas indígenas na Guiana, assinando a “Carta pelas Políticas Linguísticas e Direitos Linguísticos no Caribe de língua crioula”, ratificada em 2011 como um primeiro passo nesta direção. Ela igualmente mencionou o bi-alfabetismo como ponto a ser explorado no sistema educacional vigente, bem como a sua respectiva desestatização na sociedade.

A Sra. Grace Roberts dissertou sobre a morte da língua Lokono na Guiana, tecendo reflexões relevantes baseadas em experiências pessoais. Ela contou a história da origem de seu nome, observando que “Grace Roberts” era um nome de referência colonial. As comunidades de Lokono estão localizadas ao longo das regiões costeiras da Guiana e, como tal, foram expostas ao desenvolvimento e à cultura europeia desde muito cedo. Ela destacou que nomes ingleses eram preferencialmente escolhidos por ocasião do nascimento e requisitados para o procedimento do batismo na igreja. Ela mencionou igualmente a gradual perda da língua Lokono nas comunidades, devido às crianças frequentarem escolas de língua inglesa. Atualmente existem poucos idosos no seio das comunidades ainda aptos a falarem a língua Lokono. Trabalhos vem sendo desenvolvidos no que se refere ao registro e ao florescimento da linguagem ancestral em muitas comunidades. A Sra. Roberts recomendou que as línguas indígenas fossem ensinadas desde cedo dentro das escolas primárias no intuito de assegurar a sua permanência.

O Sr. Johan Roozer descreveu as medidas tomadas pelo Suriname em prol do reconhecimento das línguas indígenas. Em 2015, foi criada uma Comissão Nacional com a finalidade de elaborar uma Lei de Proteção à Língua Nacional do Suriname, para a qual o Sr. Roozer foi designado como relator. De acordo com o Sr. Roozer, essa Lei proporcionará o reconhecimento de todas as vinte línguas existentes no Suriname, incluindo as línguas indígenas e quilombolas. Oradores das diversas línguas foram reunidos no intuito de elaborarem essa lei. Ele observou que a referida lei prevê a formação de uma junta linguística, a qual se responsabilizará pela regulamentação das línguas surinamesas.

A Sra. Wendy Leandro-Springer abordou a temática da preservação da linguagem. Ela destacou a execução de vários programas em andamento, mas enfatizou a importância de se ir além na referida questão. Ela incentivou os indivíduos ao uso ativo da língua, como ponto relevante para a preservação do idioma. Ela recomendou a execução cuidadosa dos programas, de modo a observar a inclusão de todas as partes envolvidas. Ela igualmente mencionou a importância do monitoramento das finanças, de forma a assegurar a sustentabilidade do projeto. Ela recomendou ainda a realização de pesquisas prévias à elaboração do projeto, visando um maior conhecimento das realidades no seio das comunidades. A observação de pequenos passos, no que concerne o respeito às línguas nas comunidades, pode propiciar bons resultados. Ela recomendou a participação de tradutores de línguas indígenas durante a condução de reuniões e oficinas dentro das comunidades. E por fim, ela demonstrou concordância com os integrantes dos painéis anteriores quanto à importância da educação na preservação de línguas indígenas.

A Sra. Lucie Lepage apresentou um jogo criado no âmbito do projeto Alukupukin. O jogo foi criado por crianças da comunidade Aluku, visando promover as suas práticas culturais. O jogo aborda temáticas concernentes à história, à geografia e às ciências, destacando atividades culturais como a caça, a pesca e a agricultura. O projeto facilitou o intercâmbio cultural intergeracional, uma vez que incentivava as crianças a interagirem com os seus pais enquanto coletavam informações para criarem as perguntas do jogo. Ela igualmente observou que as perguntas eram escritas no idioma Aluku e em francês. As crianças viajam para outras comunidades e explicam o jogo a outras crianças, o que gera mais oportunidades de intercâmbio cultural.

O Sr. Earl Thomas compartilhou a sua experiência pessoal, descrevendo a criação de um programa de reflorescimento da língua no seio da sua comunidade de Wakapao. Tal como a Sra. Roberts, o Sr. Thomas é de uma comunidade de Lokono que está vivenciando perda severa de linguagem. Ele mencionou o falecimento de sete idosos de sua comunidade no período de apenas um ano e meio. Ele apontou a formação de um comitê que tem buscado assistência junto às instituições de pesquisa sobre idiomas. Contudo, até o momento, nenhuma resposta relevante foi obtida e, infelizmente, foi verificada a perda de outro orador. Reconhecendo a necessidade de ações imediatas, o Sr. Thomas tomou ele próprio a iniciativa de dar aulas aos seus filhos. A turma tem crescido desde então, de forma a incluir outras crianças da comunidade.

Feedback dos participantes

Toshao Guy Fredricks interveio na discussão, indicando que há diversidade entre os vários idiomas. Ele explicou que a língua Makushi falada em Nappi é diferente daquela falada em outras comunidades e que, portanto, seria importante que cada povo tentasse preservar a sua própria língua. Ele descreveu a linguagem como a vida, um caminho para unir pessoas aos seus avós e ancestrais.

O Sr. Claude Suzanon observou haver muitos Lokonos na Guiana Francesa que ainda falam a sua língua. Ele encorajou os nossos países a trabalharem em conjunto a fim de gerarem relações com outras comunidades de Lokonos, auxiliando assim no reflorescimento da língua e da cultura Lokono.

A Dra. Judith Rosales exortou as pessoas a não esquecerem os nomes das plantas medicinais indígenas e os respectivos usos, pois trata-se da primeira conexão entre eles e a natureza.

Sra. Odacy Davis agradeceu os membros do painel pela riqueza de informações por eles fornecidas e encerrou a sessão.



Toshao Guy Fredricks apresentando os seus pontos de vista sobre o tópico

Balata fazendo demonstração

Nappi é conhecida pelos seus talentosos artesãos, produtores de complexas peças de artesanato Balata, feitas de borracha extraídas de seringueiras. Os participantes foram agraciados com uma demonstração de como estes artigos são produzidos e tiveram a oportunidade de comprar alguns dos produtos.



Alguns dos produtos Balata em exposição

Discussão em Grupo

Os participantes foram divididos em quatro grupos de trabalho, sendo-lhes atribuído um dos seguintes tópicos para discussão.

1. Integração das línguas indígenas às políticas e práticas
2. Como integrar as línguas indígenas ao currículo escolar da educação formal
3. Estratégias para networking e intercâmbio entre os países do Escudo das Guianas

A dois dos quatro grupos foi atribuída a tarefa de identificarem os desafios e lacunas comuns aos nossos países e as oportunidades de cooperação, compartilhamento de experiências e melhores práticas, assim como de encontrarem recomendações para ações a curto e longo prazo, além de fontes de recursos (conhecidas ou potenciais) em prol do tema designado (tópicos 1 & 2). Os dois grupos foram incumbidos de lançarem ideias sobre o tópico 3. Os resultados das discussões estão listados a seguir.



Participantes registrando os resultados da discussão em grupo

INTEGRAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS ÀS POLÍTICAS E PRÁTICAS

Desafios e lacunas comuns aos nossos países

Os desafios comuns observados incluem:

- A ausência de estratégia para se manter as línguas vivas
- Falta de reconhecimento legal das línguas indígenas como línguas oficiais

- Fazendo com que os falantes dos idiomas nativos reconheçam o valor da sua língua e se envolvam em ações para mantê-la viva
- Fazer com que as pessoas incorporem a necessidade de ação e tomem iniciativas por si próprias a fim de preservarem a sua língua

Oportunidades de cooperação e compartilhamento de experiências/melhores práticas

As seguintes oportunidades foram identificadas:

- Aprender com as experiências no Suriname, no âmbito do compartilhamento de todas as informações nos idiomas reconhecidos
- Criação de novos programas ou adoção de programas já existentes, em prol do compartilhamento de metodologias às quais se recorre para manter e promover o reflorescer de idiomas
- Proporcionar oportunidades a professores ou anciãos para que eles ensinem as línguas nas escolas, em todos os níveis
- Implementação de uma disposição regulamentar na política educacional para escolas das comunidades indígenas, no intuito de serem ensinadas a língua e a cultura da comunidade

Recomendações para ações a curto e longo prazo

As seguintes ações foram recomendadas:

- Desenvolver uma estratégia ampla na região do Escudo das Guiana para preservar e salvaguardar as línguas
- Encontrar pesquisadores nos nossos países, os quais estejam envolvidos em estudos sobre línguas nativas e elaborar programas de pesquisa em nossos países a fim de auxiliar na documentação e no reflorescimento destes idiomas
- Desenvolver uma estratégia de mídia a fim de ajudar a promover línguas indígenas. A título de exemplo, no Suriname, todas as informações do governo são compartilhadas em todos os idiomas reconhecidos no país
- Incentivar o intercâmbio entre pessoas de diferentes comunidades visando o compartilhamento das suas experiências nas esferas da documentação ou da promoção do reflorescimento de idiomas
- Necessidade de cooperação entre instituições e países no intuito de propiciar o retorno da pesquisa às comunidades em que foram realizadas, especialmente aqueles estudos relacionados ao patrimônio cultural
- Imperativo de ações imediatas antes que tudo esteja perdido. Se as línguas nativas não forem documentadas ou transmitidas, elas se perderão juntamente com o falecimento dos nossos poucos anciãos restantes.

Fonte de recursos (conhecida ou potencial)

As possíveis fontes de recursos listadas incluem a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Endangered Language Documentation Programme (ELDP). Iniciativas autofinanciadas locais foram igualmente incentivadas.

COMO INTEGRAR AS LÍNGUA INDÍGENA AO CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO FORMAL?**Desafios e lacunas comuns aos nossos países**

Na Guiana Francesa, para crianças entre 3 e 11 anos, o sistema de educação formal recentemente introduziu alguma assistência em língua nativa, ainda que a língua utilizada no ensino médio continue sendo o francês. Todavia, não há integração de línguas tradicionais ao currículo escolar na Guiana e no Suriname. O grupo identificou os seguintes desafios neste processo:

- Receio de não aceitação por parte dos outros: os membros das comunidades indígenas podem optar por não falar a sua língua nativa, por receio de serem discriminados por outras pessoas que acreditem não se tratar de uma língua de prestígio ou oficial no país
- Os governos não valorizam as línguas nativas: encarando-as como barreiras ou interferências no processo de aprendizado e acreditando que elas contribuem para desempenho ruim nos exames regionais
- Limitação dos recursos financeiros disponíveis para a produção de material em muitos idiomas e a fim de garantir a capacitação de professores para o uso destes materiais de forma eficaz

Oportunidades para cooperação e compartilhamento de experiências/melhores práticas e recomendações para ações a curto e longo prazo

Algumas dentre as oportunidades e recomendações discutidas pelo grupo incluem:

- Realização de oficinas com a participação dos vários atores do processo nos diferentes países, visando abordar a questão em nível nacional: Realização de uma oficina, com a temática “ensino de línguas indígenas, uma troca de experiências e o caminho a seguir”, a ocorrer em setembro na Guiana, sob a coordenação da Sra. Wendy Leandro-Springer. Oficinas similares podem ser realizadas em outros países e envolver diferentes temas visando a abordagem da questão.
- Programas de intercâmbio com países tais como a Guiana Francesa e o Brasil, no intuito de se propiciar aprendizado com as respectivas experiências e de se saber como eles integraram as línguas tradicionais ao currículo escolar

- Compartilhamento de informações e materiais de ensino por meio de plataformas on-line.
- Projetos envolvendo os saberes tradicionais
- Participação dos governos nestes programas

Fonte de recursos (conhecida ou potencial)

O financiamento governamental foi destacado juntamente com as atividades isoladas para captação de recursos.

ESTRATÉGIAS PARA NETWORKING E INTERCÂMBIO ENTRE OS PAÍSES DO ESCUDOS DAS GUIANAS

Com base nas discussões entre os grupos 3 e 4, as seguintes estratégias foram recomendadas:

- Realizar um apanhado com uma visão geral das estratégias em curso nos diferentes países, previamente ao desenvolvimento de novas ações
- Consultar e envolver-se com as comunidades no sentido de identificar quais seriam, a seu ver, as melhores maneiras de se compartilhar o respectivo conhecimento e o seu idioma, além dos passos por elas recomendados na abordagem da questão da extinção do idioma
- Desenvolver e fortalecer alianças entre universidades da região do Escudo das Guianas em todas as áreas temáticas do projeto
- Operacionalizar e estabelecer conexões entre as comunidades de Lokono na Guiana, a Guiana Francesa e o Suriname visando gerar vínculos e intercâmbios transfronteiriços
- Obter apoio para a revitalização de programas/iniciativas de cunho linguístico
- Identificar leis, cartas-compromisso e outros marcos jurídicos eventualmente assinados pelos nossos países e desenvolver estratégias no intuito de promover a respectiva aplicação
- Preparar um calendário anual de eventos para networking e intercâmbio entre os nossos países
- Organizar anualmente um festival de artes e ofícios entre os três países e atuar no sentido de fazer com que outros países participem do evento a ser realizado na Guiana Francesa, a fim de apresentar as diferentes culturas

- Estabelecer canais de comunicação para compartilhamento de informações e atualizações mensais via e-mail, newsletters e mídias sociais
- Encorajar intercâmbios na esfera comunitária entre jovens e anciãos das aldeias
- Organizar programas de intercâmbio escolar entre os três países visando gerar interesse entre os jovens com respeito à sua cultura, promovendo a eliminação do hiato entre gerações
- Organizar intercâmbios sobre a medicina tradicional (exclusivamente se as comunidades estiverem dispostas a compartilhar essa informação)
- Criar uma plataforma em cada país para reunir as comunidades indígenas locais. Por exemplo, na Guiana, o Conselho Nacional de Toshao é composto por representantes de todas as comunidades indígenas, possibilitando maior articulação no tocante a questões que afetam os povos indígenas. Uma rede semelhante existe na Guiana Francesa (Conselho consuetudinário - criado em 2018), ação similar deve ser desenvolvida no Suriname, se ainda não existir.

O Grupo 4 destacou que, ao desenvolver essas estratégias, seria imperativo garantir que o foco não esteja apenas voltado para a linguagem, mas igualmente nos saberes tradicionais, artes, artesanato, medicina, cultura, música e outros aspectos do Patrimônio Cultural Vivo.

Feedback dos participantes

Os participantes apresentaram feedback após a apresentação do grupo. Cláudia Berthier interveio mencionando o uso da Internet e das mídias sociais. Ela indicou que, em nossas estratégias de comunicação, é imperativo promover métodos básicos de comunicação e de ensino, envolvendo rádio, folhetos, sessões de capacitação em pequenos grupos, etc. a fim de atender áreas onde a tecnologia não é muito acessível, em contraste com o uso de Internet, das mídias sociais e de newsletters, conforme recomendado pelos grupos.

O Sr. Earl Thomas recomendou a criação de uma legislação em todos os países em prol dos direitos e da proteção jurídica das línguas indígenas.

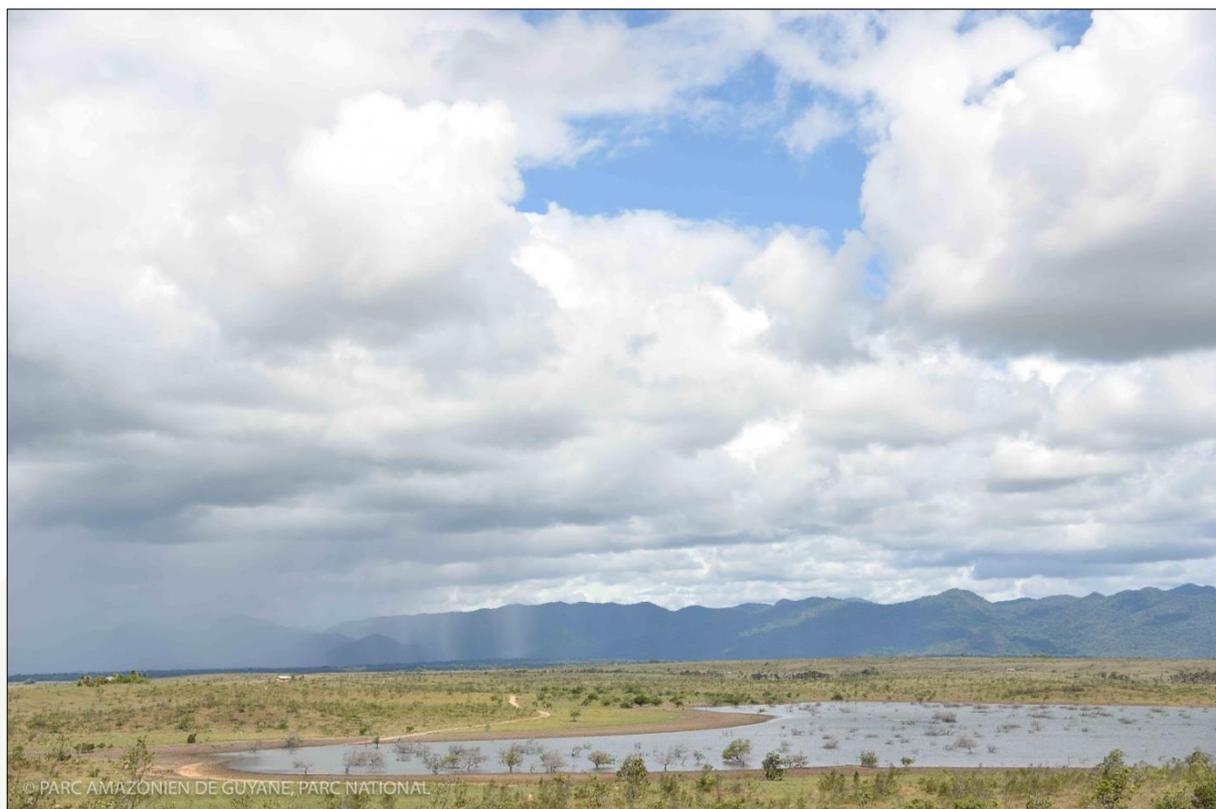
A Sra. Charlene Wilkinson acrescentou o seu ponto de vista ao comentário do Sr. Thomas, indicando que o documento requerido seria a “Carta pelos Direitos Linguísticos e pela Política Linguística”. Além disso, ela salientou a importância de se concentrar na linguagem, pois se trata do veículo de transmissão de saberes tradicionais por excelência. Ela igualmente mencionou ser importante que os povos indígenas ensinem as respectivas línguas a outras populações, para que este veículo seja preservado e seja mantido o domínio autóctone sobre os saberes.



Foto do grupo dos participantes do encontro em Nappi

Visita de campo

A equipe de participantes visitou a Represa de Nappi, igualmente conhecida como Barragem de Nappi. A Represa Nappi é um ambiente natural onde jorra água sem haver ligação a nenhum rio ou riacho. O escoamento das águas pluviais e o volume jorrado pelo lençol freático são contidos por uma barragem de barro, construída em 2017 a fim de neutralizar os impactos do fenômeno El Niño. O reservatório é o lar de muitas espécies de peixes, sendo utilizado pelos aldeões para captar água potável, dar de beber aos animais domésticos e irrigar hortas.



Uma vista da Represa de Nappi, com as montanhas de Kanuku ao fundo

Noite Cultural e Encerramento

A oficina culminou com uma noite de intercâmbios interculturais que incluíram apresentações de vários grupos culturais dos três países. Os participantes compartilharam danças, canções e poemas mostrando a sua herança cultural.

Programação dos Eventos

NOITE CULTURAL

Mestres de Cerimônia: Jessica George e Filho Gomes

Expressão de Boas-vindas

Cerimônia de Bênção do Pajé
pelo grupo cultural de Surama

Cultura da dança
pelo grupo cultural St. Ignatius

Poema - My Guyana
pelo grupo cultural de Surama

A Dança do Caçador
pelo grupo cultural St. Ignatius

Dança Aluku
por Annie Tengo - Guiana Francesa

Dança do Rodeio
pelo grupo cultural St. Ignatius

Dança
pela Delegação do Suriname

Canção
pela Delegação do Suriname

Canção
por Thadaigh Baggallay

Canção de união e dança em Macushi
pelo grupo cultural de Surama

Final da programação

Quem é Quem?



Trombinoscope • Quem é quem? • Foto pagina

Transmissão do Patrimônio Cultural Vivo nas Áreas Protegidas do Escudo das Guianas

Transmission du Patrimoine Culturel Vivant dans les Aires Protégées des Guyanes

Overdracht van Levend Cultureel Erfgoed in de Beschermde gebieden van het Guyanaischild



PARCEIROS RENFORESAP



Odacy Davis
Deputy Commissioner
Protected Areas Commission



Claude Suzanon
President du Parc
amazonien de Guyane



Arnaud Anselin
Deputy Director Parc
amazonien de Guyane



Denise Fraser
Commissioner
Protected Areas Commission



Johan Roozer
Policy advisor
Ministry of Education, Science and
Culture in Surinam

Delegação da Guiana Francesa



Celine Frémaux
Officer in charge of
Human Sciences and
Culture Amazonian Park



Touine Kwata
Community
development Agent
Amazonian Park



Jérémie Mata
Community development
Agent for Culture
Amazonian Park



Claudia Berthier
Multimedia
Project Manager
Amazonian Park



Frédérique Longin
Advisor on local com-
munities of the interior
Directorate of Cultural
Affairs



Clara Valérius
Officer
European Affairs Division



Hervé Robineau
Officer in charge of
Culture and Cultural
Heritage Municipality of
Awala-Yalimapo



Aïma Opoya
Taluen craftsman and
involved in the recogni-
tion of the Maraké
Maraké Project



Yvan HO-YOU-FAT
President
Lavi Dan bwa (NGO
for the recognition of
Bushinengue's culture)



Annie Tingo
Member
Lavi Dan bwa (NGO
for the recognition of
Bushinengue's culture)



Marianne Palisse
Lecturer and responsible
of the Master's degree
on Interculturalism
University of French
Guiana



Marie Fleury
Member of the Scientific
Committee of the French
Guiana Amazonian Park
& Researcher on tradi-
tional and cultural heritage
of Maroni - National Mu-
seum of Natural History



Lucie Lepage
Coordinator
Association «Fleuve d'hier
et d'aujourd'hui» (NGO
promoting Bushinengue's
culture in the Upper
Maroni)



Sebastien Laporte
Journalist/ Cameraman
Guyane La 1ère TV

Delegação da Guiana



Sara Henry
Planning Officer
Protected Areas
Commission



Jessica George
Technical Officer
Protected Areas
Commission



Nikita Urquhart
Logistical Officer
Protected Areas
Commission



Thadaigh Baggallay
Country Manager (Guyana)
Frankfurt Zoological
Society (FZS)



Dr. Deirdre Jafferally
In Country Coordinator
Darwin Initiative Project
« Integrating Traditional
Knowledge into National
Policy and Practice »



Vitasha Cambridge
Environmental Officer
Environmental Protection
Agency



David James
Legal Advisor
Ministry of Indigenous
Peoples Affairs



Quem é quem? • Trombinoscope • Foto pagina

Transmissão do Patrimônio Cultural Vivo nas Áreas Protegidas do Escudo das Guianas
Transmission du Patrimoine Culturel Vivant dans les Aires Protégées des Guyanes
Overdracht van Levend Cultureel Erfgoed in de Beschermde gebieden van het Guyanaschild

Delegação da Guiana



Grace Roberts
Community relations
Manager
hwokrama



Charlene Wilkisonson
Coordinator
Guyana Language Unit,
University of Guyana



Wendy Leandro-Springer
Lecturer
University of Guyana



Prof. Judith Rosales
Coordinator PhD of
Biodiversity
University of Guyana



Earl THOMAS
Secretary
Amerindian Peoples
Association



Francisco Gomes
Secretary
Amerindian Peoples
Association



Anapa Puran
Senior protected area
officer
PAC



Michael Willimas
Special Advisor
NRDDB Board, Annai
Village Council



Patrick Gomes
Independent



Diana Fernandez
Multi lateral
environmental officer
Department of Environment



Octavious Hendricks
Ranger
PAC



Vercidas Gomes
Ranger
PAC



Norbert Atkinson
Ranger
PAC



Smith Osbert
Driver
PAC



Elysée Cérin
Interpretation
English into French

Delegação do Suriname



Renatha Simson
Coordinator
Kampus partnership of
tribal nations in Suriname



Marie-Josée Artist
Community development
specialist
Association of Indige-
nous Village Heads



Helmut Gezius
Direction coordinator
of the Sociology Course
Anton de Kom University
of Suriname



Katia Delvoye
Internal Governance
Officer
AMAZON CONSERVA-
TION TEAM - SURINAME



Rudolf Pavion
Coordinator of the Bro-
kopoondo and Sipaliwinie
branch
Ministry of Commerce,
Industry and Tourism



Priscilla Dragtenstein
Game Warden
Ministry of Spatial
Planning, Land & Forest
Management



Romeo Ramjiawan
Regional leader/ Manage-
ment Protected Area
Ministry of Spatial
Planning, Land & Forest
Management



**Ronnie Mangoenta-
roeno**
Game Warden/ acting
administrator BIGI PAN
MUMA
Ministry of Spatial
Planning, Land & Forest
Management



Willams Damilla
Resort Administrator
Forest Research/ Sub
directorate Forest Mana-
gement
Ministry of Spatial
Planning, Land & Forest
Management



Steven Vroom
Sub director
Ministry of Regional
Development



Jurgen Mawie
Regional Coordinator
Ministry of Regional
Development



Monique Pomba
Acting Head of Interna-
tional Relations
Ministry of Regional
Development



Anna Mohase
Interpretation
English To Dutch

Lista de Participantes

País	Nome	Função	Organização	E-mail
Guiana	Sra. Denise Fraser	Comissária	Comissão para Áreas Protegidas	denisef.pac@gmail.com
	Sra. Odacy Davis	Vice-Comissária	Comissão para Áreas Protegidas	odavis.pac@gmail.com
	Sra. Sara Henry	Oficial de Planejamento	Comissão para Áreas Protegidas	sarahenry.pac@gmail.com
	Sra. Jessica George	Oficial técnico	Comissão para Áreas Protegidas	jegeorge.pac@gmail.com
	Nikita Urquhart	Oficial Logístico	Comissão para Áreas Protegidas	nikita.u.pac@gmail.com
	Sr. Thadaigh Baggallay	Gerente nacional (Guiana)	Sociedade Zoológica de Frankfurt (FZS)	thadaigh.baggallay@fzs.org
	Professora Judith Rosales	Coordenadora do programa de pós-graduação em Biodiversidade	Universidade da Guiana	judit.rosales@uog.edu.gy
	Vitasha Cambridge	Oficial ambiental (1)	Agência de Proteção Ambiental	vcambridge.epa@gmail.com
	David James	Assessor Jurídico	Ministério para Assuntos dos Povos Indígenas	davidjames.lawgy@gmail.com
Dra. Deirdre Jafferally	Coordenador no país	do Projeto Iniciativa Darwin: “Integração dos saberes tradicionais às políticas e práticas nacionais”	deirdre.jafferally@gmail.com	

	Grace Roberts	Gestor de relações com a comunidade de	Iwokrama	groberts-simon@iwokrama.org
	Michael Willimas	Conselheiro Especial	Conselho NRDDDB Board, Conselho da Vila de Annai	michaelhealis@gmail.com
	Patrick Gomes		Independente	
	Earl THOMAS	Secretariado	Associação dos Povos Ameríndios	earlyt18@gmail.com
	Charlene Wilkionson	Coordenadora	Unidade Linguística da Guiana, Universidade da Guiana	charlene.wilkinson@uog.edu.gy
	Wendy Leandro-Springer	Docente	Universidade da Guiana	wendy.leandro-springer@uog.edu.gy
	Diana Fernandes	Oficial Ambiental Multilateral	Departamento para o Meio Ambiente	dianafernandes2300@gmail.com
	Octavious Hendricks			octavioushendricks@gmail.com
	Vercida Gomes			Gomes-vercidagomes1983@gmail.com
	Anupa Puran			Puran-apuran.pac@gmail.com
	Filho Gomes			Gomes-filhogomez.pac@gmail.com

	Antone Vitus	Capacitador CMRV	WWF Guiana	
	Lawrence Jenkins			Lawrence-jenkinslawrence0@gmail.com
	Norbert Atkinson			nobeatkinson.pac@gmail.com
Guiana Francesa	Céline FREMAUX	Oficial encarregado de Ciências Humanas e Cultura	Parque Amazônico da Guiana Francesa	en-cfremaux@guyane-parcnational.fr
	Touine KOUATA	Agente para o desenvolvimento comunitário		touine.kouata@guyane-parcnational.fr
	Jérémie MATA	Agente para o Desenvolvimento Cultural Comunitário		en-jmata@guyane-parcnational.fr
	Arnaud ANSELIN	Diretor-Adjunto		en-aanselin@guyane-parcnational.fr
	Claudia BERTHIER	Gerente de Projetos Multimídia		claudia.berthier@guyane-parcnational.fr
	Claude SUZANON	Presidente		claudie.suzanon@wanadoo.fr
	Frédérique LONGIN	Assessor em comunidades locais do interior	Órgão encarregado dos Assuntos Culturais	frederique.longin@culture.gouv.fr

	Clara VALERIUS	Oficial para	Divisão de Assuntos Europeus	clara.valerius@ctguyane.fr
	Hervé ROBINEAU	Oficial responsável pela Cultura e pelo Patrimônio Cultural	Municipalidade de Awala-Yalimapo	herve.robineau@awala-yalimapo.fr
	Aïmawale OPOYA	Chefe tribal em Taluen, artesão e envolvido no reconhecimento do Maraké	Projeto Maraké	
	Yvan HO-YOU-FAT	Presidente	Lavi Dan bwa (ONG pelo reconhecimento da cultura Bushinengue)	hyfshipping@yahoo.fr
	Annie TINGO	Membro	Lavi Dan bwa (ONG pelo reconhecimento da cultura Bushinengue)	
	Mariane PALISSE	Docente e responsável pelo programa de Mestrado em Interculturalismo	Universidade da Guiana Francesa	marianne.palisse@univ-guyane.fr
	Marie FLEURY	Presidente do Comitê Científico do Parque Amazônico da Guiana Francesa e Pesquisador do Patrimônio tradicional e cultural dos povos do Rio Maroni	Museu Nacional de História Natural	marie.fleury@ird.fr

	Lucie LEPAGE	Coordenadora	Associação “Fleuve d’hier et d’aujourd’hui” [Rio de ontem e de hoje] (ONG promotora da cultura dos Bushinengue do Alto Maroni)	fleuedhieretdaujourdhui@gmail.com
	Sébastien LAPORTE	Jornalista/ Cameraman	Guyane la 1ère	Sebastien.LAPORTE@francetv.fr
Suriname	Renatha Simson	Coordenadora	Parceria Kampos em prol dasnações tribais do Suriname	renatha.simson@hotmail.com
	Marie-Josée Artist	Especialista em desenvolvimento comunitário	Associação dos Líderes de Comunidades Indígenas	joseeartist@yahoo.com
	Helmut Gezius	Coordenadora na Direção do Curso de Sociologia	Anton de Kom Universidade do Suriname	chezius@gmail.com
	Katia Delvoye	Governança interna Oficial para	Equipe de Conservação da Amazônia no Suriname	k.delvoye@act-suriname.org
	Rudolf Pavion	Coordenador para o Brokopondo e o Sipaliwinie	Ministério do Comércio, Indústria e Turismo	kelion25@hotmail.com
	Johan Roozer	Assessor de Políticas		roozers-j.m.l@hotmail.com

			Ministério da Educação, Ciência e Cultura do Suriname	
	Priscilla Dragtenstein	Game Warden	Ministério do Planejamento, Ordenamento Fundiário e Florestal	sharondragtenstein@gmail.com
	Romeo Ramjiawan	Líder regional/Administrador de área protegida	Ministério do Planejamento, Ordenamento Fundiário e Florestal	fazizram@yahoo.com
	Ronnie Mangoentaroeno	Líder regional/Administrador interino BIGI PAN MUMA	Ministério do Planejamento, Ordenamento Fundiário e Florestal	
	Damilla Williams	Administrador de Resort de Pesquisa Florestal/Sub-Diretoria Gestão Florestal	Ministério do Planejamento, Ordenamento Fundiário e Florestal	damiew1996@gmail.com
	Steven Vroom	Subdiretor	Ministério do Desenvolvimento Regional	beladvro@gmail.com
	Jurgen Mawie	Coordenador Regional	Ministério do Desenvolvimento Regional	jejomawie@hotmail.com
	Monique Pomba	Chefe interino para Relações Internacionais	Ministério do Desenvolvimento Regional	pomba.monique@gmail.com
	Afeefa Richardson	Relatora		afeefa1797@gmail.com
	Anna Mohase	Tradutora Holandês/Inglês	International Language Institute	

OFICINA REGIONAL, 14 a 16 de maio de 2019

	Elysee Ceran	Tradutora Francês/Inglês	International Language Institute	
	Candace Philipps	Coordenadora	Visita Rupununi	